



INCÊNDIOS

IPSS no olho do furacão

SANTO TIRSO

Lar Familiar aposta no bem-estar e na Tranquilidade



AI ESTÁ O FUTURO...

Aposta nas novas tecnologias e IPSS amigas do Envelhecimento Ativo



ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

IPSS associadas da CNIS decidem adesão à Confederação Portuguesa da Economia Social

CONSELHO GERAL

Direção apresentou diretrizes para 2018



José Leirião
Membro da CNIS



MEDIR PARA GERIR III

O 'Balanced Scorecard' aplicado às IPSS

Exemplo de Balanced Scorecard numa

Perspectiva	Objectivo Estratégico	Indicadores	Metas
UTENTES/CLIENTES	Aumentar satisfação dos Utentes/Clientes	Grau de satisfação: Bom e Muito Bom	80%
		% Abandono da Instituição	< 1%
	Reforçar imagem Externa	Grau de reconhecimento dos Parceiros	90%
		Nº iniciativas abertas à Comunidade	5
	Inovação na prestação do Serviço	Nº de novos serviços	2
		Nº de melhorias tecnológicas aplicadas na gestão	3

Exemplo de Balanced Scorecard numa

Perspectiva	Objectivo Estratégico	Indicadores	Metas
UTENTES/CLIENTES	Aumentar satisfação dos Utentes/Clientes	Grau de satisfação: Bom e Muito Bom	80%
		% Abandono da Instituição	< 1%
	Reforçar imagem Externa	Grau de reconhecimento dos Parceiros	90%
		Nº iniciativas abertas à Comunidade	5
	Inovação na prestação do Serviço	Nº de novos serviços	2
		Nº de melhorias tecnológicas aplicadas na gestão	3

Perspectiva	Objectivo Estratégico	Indicadores	Metas
PROCESSOS INTERNOS	Obter certificação de Sistema Gestão Qualidade	Taxa de certificação das respostas sociais	100%
		Nº máximo Inconformidades anuais	< 5
	Promover Novas Parcerias	Nº de novos Parceiros	3
	Aumentar a qualidade no atendimento	Nº. Médio de utentes inquiridos pela Insituição	200
		Nº de Reclamações registadas	10

Perspectiva	Objectivo Estratégico	Indicadores	Metas
PROCESSOS INTERNOS	Obter certificação de Sistema Gestão Qualidade	Taxa de certificação das respostas sociais	100%
		Nº máximo Inconformidades anuais	< 5
	Promover Novas Parcerias	Nº de novos Parceiros	3
	Aumentar a qualidade no atendimento	Nº. Médio de utentes inquiridos pela Insituição	200
		Nº de Reclamações registadas	10

Com o terceiro artigo de hoje, chegamos ao final deste tema, cujo objectivo é o de despertar o interesse dos dirigentes das IPSS para os benefícios da organização de objectivos estratégicos e indicadores de desempenho que tenham um efeito interactivo positivo e multiplicador entre si próprios, contribuindo para o cumprimento da missão institucional e da sustentabilidade geral da Instituição. Após a definição das Perspectivas, estabelecemos os objectivos

estratégicos, os indicadores e as metas respectivas.

Existem algumas regras básicas na escolha dos Indicadores, tais como:

- 1) Ligados aos factores críticos de sucesso da área de actividade
- 2) Orientados para o presente ou futuro, antecipando tendências, etc.
- 3) Poderem ser medidos facilmente e de forma precisa e também económica

4) Poderem ser monitorizados frequente e atempadamente

5) Permitir às equipas de gestão conhecerem o que é que está a contribuir para o desempenho da Instituição e/ou área de actividade

Estou ao dispor para eventuais esclarecimentos sobre o tema geral exposto durante os últimos três meses.

ORÇAMENTO DE ESTADO 2018

CNIS à espera da Cooperação

O Orçamento de Estado para 2018 foi aprovada na generalidade. A discussão passa agora para a especialidade onde as bancadas parlamentares poderão apresentar e votar propostas. A CNIS tem acompanhado todo o processo com a serenidade de quem, durante os últimos anos, precaveu as situações específicas do setor solidário e, mais concretamente, dos milhares de instituições de solidariedade social que representa.

Nesta proposta de OE está garantida a possibilidade de consignação, para as IPSS, de 0,5 por cento do IRS dos contribuintes, está assegurada a questão da recuperação do IVA a 50 por cento, bem como a recuperação de parte do IVA da alimentação. Tudo o que foi inscrito no orçamento de 2017 mantém-se no próximo ano. A matéria das atualizações anuais para o setor será negociada em sede de Cooperação.

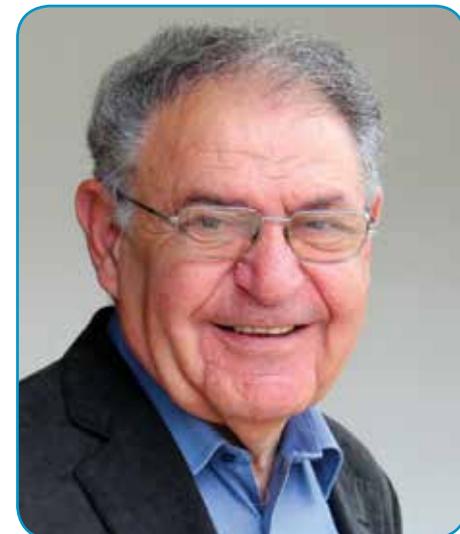
O presidente da CNIS recorda que não há razões para grandes reivindicações porque “não foi nada retirado durante estes anos”. Lino Maia

afirma que a grande batalha a travar pela CNIS nos próximos tempos é a revisão do sistema fiscal do setor social solidário. “Não há justificação nenhuma para que, em termos de fiscalidade, não sejamos equiparados pelo menos às autarquias. Há necessidade urgente de rever o sistema fiscal deste setor. Já existe consenso e tem que ser feita uma lei própria.”

Depois dos anos da crise, e num momento em que os números da economia dão sinais evidentes de retoma, é caso para indagar se esse ambiente de otimismo também se repercute nas IPSS. “Agora respirarmos melhor... Parece haver maior confiança que, valha a verdade, ainda não se reproduz muito no quotidiano das pessoas, mas de algum modo, estando todos melhor as IPSS também ficarão melhor. As participações dos utentes, por exemplo, estão indexadas aos rendimentos e situações das pessoas. Se têm melhores reformas, se têm menos deduções, pode haver aí uma beneficiação, o que é sempre muito residual.”

Para 2018 e 2019 prevê-se uma atualização do salário mínimo o que acarreta, para as instituições, um aumento das despesas com pessoal, porventura a parcela mais onerosas nos orçamentos das IPSS. “Nós somos completamente a favor. É evidente que vai trazer complicações para as IPSS. Em sede de Cooperação tem que se fazer o que se fez este ano de uma forma muito pacífica e ágil. Tem que se atualizar as participações da Segurança Social, do Estado, tendo em atenção que é preciso beneficiar e equiparar os salários dos nossos trabalhadores à economia geral. É preciso que os nossos funcionários, que são parte da solução e não do problema, que vestem a camisola das instituições e prestam serviços enormes, é preciso que sejam recompensados com salários justos. Não podemos andar a praticar a solidariedade à custa da injustiça. Julgo que em sede de Cooperação temos que ter isso em atenção. Vai ser pacífico...”

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS



Gestão de negócios e desenvolvimento local

1. Quando a CNIS foi ouvida pelo Governo sobre o programa de descentralização (Governo atual) ou sobre a reforma do Estado (Governo anterior), uma das medidas propostas consistia na revivescência de uma espécie de Casas do Povo – aproveitando dessas entidades (que, no antigo regime, integravam a estrutura corporativa do Estado) a sua fisionomia de largo espectro e a grande capacidade de adaptação à emergência de novas necessidades sociais que foram tendo ao longo dos tempos.

Com a democracia, e a criação de um sistema de Segurança Social integrado e universal, nos termos da Constituição, muitas Casas do Povo foram extintas; mas muitas continuaram a manifestar essa singular capacidade de adaptação, passando, nuns casos, a integrar a estrutura orgânica da Segurança Social, em Serviços Locais; e, noutros, equiparadas a instituições particulares de solidariedade social, a administrar respostas sociais, com acordos de cooperação com a Segurança Social, de forma idêntica a estas Instituições.

Por tal razão, muitas delas, hoje, são associadas da CNIS.

A vocação inicial das Casas do Povo pretendia, através dessa estrutura, para além de assegurar atividades de natureza lúdica e cultural, manter linhas de crédito e garantir direitos no âmbito da protecção social às populações rurais, que viviam da exploração agrícola.

2. No âmbito da referida consulta sobre o programa de descentralização do Estado, a proposta da CNIS teve como fundamento o contexto de esvaziamento de serviços públicos ou de interesse coletivo no interior do nosso País, como estações do correio, agências bancárias, serviços de medicina ou enfermagem, escolas, tribunais ... – processo que marcou de forma muito negativa estes anos de restrições e que agravou as já escassas condições de vida no interior de Portugal.

No entender da CNIS, seria possível, e desejável, aproveitar a rede capilar de Instituições de Solidariedade para assegurar, com financiamento próprio, a manutenção de alguns desses bens e serviços de interesse público, aproveitando a rede de equipamentos que as Instituições mantêm, desde as cidades sobre

ocupadas do litoral, até à aldeia mais recôndita do planalto beirão; e rentabilizando a circunstância de as IPSS serem, em muitas dessas comunidades do interior e do mundo rural, as entidades com recursos humanos mais qualificados e os maiores empregadores dessas comunidades esquecidas dos poderes públicos.

Para esse objetivo, a CNIS propunha que cada IPSS assumisse igualmente um papel de Casa do Povo – e também, naturalmente, as Casas do Povo ainda existentes, que já têm essa tradição –, constituindo na sua estrutura como que um balcão de atendimento e de prestação de serviços diversificados aos cidadãos do mundo rural e das comunidades abandonadas do interior.

Como exemplos de possibilidades de oferta de serviços, aventou-se então a distribuição de correspondência pelas equipas do Serviço de Apoio Domiciliário, ou a prestação de cuidados de enfermagem ou consultas médicas à população em geral em lares ou centros de dia.

3. O drama que, entre Junho e Outubro deste ano, ensombrou a consciência de todos de um tom tão negro como negras ficaram as terras e as casas que os incêndios devastaram em tantas zonas do País, agravando a tragédia irremediável dos que morreram pelas chamas e dos que os ficaram a chorar, evidenciou-nos o que já devíamos saber: que vivemos num País injusto e desigual, abandonado das preocupações do Estado em largas extensões de território, em que as famílias, muitas vezes constituídas só por pessoas idosas, ficam entregues aos caprichos da natureza ou à cupidez voraz de redes criminosas de assaltantes.

Ao acompanharmos depois, nos noticiários da televisão, as peregrinações do Presidente da República por essas zonas destruídas e o vemos a consolar os que ficaram vivos – mas que muito, ou tudo, perderam –, o que nos passa diante dos olhos são comunidades escassamente povoadas, são olhares perdidos no vazio ou carregados permanentemente de lágrimas e, ainda em poucos casos, a vontade de um recomeço.

O Presidente da República estabeleceu como prioritária a reforma da floresta e do ordenamento do território, invertendo o que, desde há décadas, têm sido as políticas que

conduziram ao despovoamento do interior e à sobreocupação do espaço urbano litoral – determinando um prazo curto para que o Governo desenvolva esse objetivo e propondo-se avaliar a forma de execução desse mandato “com todos os poderes constitucionais”, para vincar bem a prioridade do propósito.

As Instituições de Solidariedade – que, no terreno, têm constituído uma rede de apoio e acolhimento das pessoas e famílias desapossadas dos bens e da esperança, como este número do “Solidariedade” demonstra – não podem nem vão ficar de fora da realização desse desígnio.

Muitos dos terrenos ardidos são pedaços de monte, em regime de pequena propriedade, onde os matos não são limpos, ou campos que foram de lavoura, que se encontram abandonados e onde cresce a palha.

Pertencem a velhos que não têm força para os poder já cultivar – e a despesa com a conservação e a limpeza ou o amanhã fica mais cara do que o escasso rendimento com que arredondam as pensões mínimas que normalmente recebem.

Alguns defendem – e o Governo, no início, acompanhado do BE, também propugnava por esse caminho – o desapossamento dos velhos proprietários desses terrenos não cuidados e a sua integração num banco de terras.

O Partido Comunista, que, independentemente das nossas avaliações políticas, é reconhecidamente conhecedor da realidade nacional – não a descrita na comunicação social, mas a realidade “real” –, veio em defesa da propriedade privada, defendendo que as medidas não podem passar por soluções hostis a esses proprietários.

As Instituições de Solidariedade, que, no mundo do interior rural e da raia, já constituem um balcão multipolar de serviços e uma agência de desenvolvimento local, podem ser chamadas a colaborar nesse esforço, oferecendo apoio de enquadramento e retaguarda a quem não possa cuidar das suas terras, promovendo a cooperação entre vizinhos, assegurando o escoamento da produção ou a sua colocação no mercado, viabilizando a criação de emprego, a geração de recursos e a valorização e coesão social do território.

Uma espécie de gestão de negócios de quem já não pode assegurar essas tarefas; mas que não quer deixar de possuir o pequeno património que herdou dos seus maiores.

CONSELHO GERAL

Direção apresenta Programa de Ação e Orçamento para 2018

O Conselho Geral realizou a sua reunião de outono abordando e debatendo alguns dos temas da atualidade do Setor Social Solidário e da própria CNIS, tendo ainda sido apresentado o Programa de Ação e o Orçamento para 2018.

Foram muitas e diversas as temáticas abordadas pelos conselheiros, que tomaram conhecimento de documentos estruturantes para a vida da CNIS no próximo ano e ainda de outros projetos e negociações ainda em curso.

Apresentado o Programa de Ação, que gira em torno de “três eixos estratégicos” (Capacitação, Cidadania e Representação) e apresentou como grande novidade a criação de um Serviço de Comunicação, foi a vez de os conselheiros conhecerem o Orçamento para 2018, que prevê um resultado líquido positivo. Todas estas matérias serão detalhadamente apresentadas na próxima Reunião Magna da CNIS, no dia 11 de novembro, tal como no SOLIDARIEDADE.

Como já é de conhecimento geral, após a Assembleia Geral Ordinária da CNIS realiza-se uma outra Extraordinária, que tem como dois pontos apenas na ordem de trabalhos: 1 - Apreciação e deliberação sobre a ratificação da adesão da CNIS à Confederação Portuguesa do Voluntariado; 2 - Apreciação e deliberação sobre a adesão da CNIS à Confederação Portuguesa de Economia Social.

Relativamente ao ponto 2, a Direção da CNIS, pela voz do diretor-executivo João Dias, deu conta aos conselheiros do caminho percorrido nas diversas reuniões da Comissão Organizadora do Congresso Nacional da Economia Social, que ao que tudo indica

será o palco da concretização da Confederação Nacional da Economia Social.

João Dias começou por dizer que a CNIS “não podia virar as costas ao processo” que

estava em marcha, pelo que a opção foi “tentar influenciar o processo de criação da Confederação”.

“Nós representamo-nos e não estamos



CONVOCATÓRIA

Assembleia Geral Extraordinária

Nos termos do Artigo 27º, do Artigo 29º e do nº 2. alínea a) do Artigo 30º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a reunir em Sessão Extraordinária, em Fátima, no Hotel Cinquentenário, no próximo dia **11 de Novembro**, pelas **11h45**, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. *Apreciação e deliberação sobre a ratificação da adesão da CNIS à Confederação Portuguesa do Voluntariado – Artigo 58º, 1. g) do Estatuto das IPSS;*
2. *Apreciação e deliberação sobre a adesão da CNIS à Confederação Portuguesa de Economia Social – Artigo 58º, 1. g) do Estatuto das IPSS.*

Se à hora atrás referida não estiver presente a maioria das associadas, a Assembleia Geral terá início quinze minutos depois, pelas 12,00 horas, em segunda convocatória, com qualquer número de presenças, conforme o nº 3. do artº 31º dos Estatutos da CNIS.

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral


 (Profª Doutora Manuela Mendonça)

Porto, 20 de Outubro de 2017

Rua da Reboleira, 47 | 4050-492 PORTO
 ☎ 226 068 614 | 226 065 932 📠 226 001 774
 E-mail: cnis@cnis.pt
www.cnis.pt | www.solidariedade.pt





disponíveis para que outros nos representem”, asseverou o dirigente da CNIS, lembrando: “Pensávamos não estar sozinhos, mas ficámos sós a defender a nossa identidade. Mesmo assim, marcámos a nossa presença e acabámos por condicionar de forma decisiva o que era inicialmente perspetivado”.

Para o diretor-executivo da CNIS, “o que se conseguiu é significativo”, porque a CNIS “tentou fazer valer o que distingue o Setor Social Solidário das outras famílias da Economia Social”, sublinhando ainda: “A Confederação Nacional da Economia Social é onde estão todos, mas não é de todos, porque não há percepção por todos do que realmente somos todos”.

Recorde-se que desde início a CNIS levantou reservas, não tanto com o fim, mas com a forma apressada como se queria criara a nova entidade.

“Já fui muito crítico, agora já não sou porque já sinto garantias de que não haverá diluição do Setor Social Solidário neste todo da Economia Social”, frisou o presidente da CNIS aos conselheiros, face a algumas dúvidas e desconhecimento por parte de alguns conselheiros.

Para o padre Lino Maia, há três razões que o levam “a considerar a adesão” a essa novel Confederação Nacional da Economia Social, que ao que tudo indica será oficializada no próximo dia 14 de novembro: “A comunhão com as demais famílias da Economia Social sem a presença do Estado [ao contrário do que acontece no Conselho Nacional da Economia Social

e na CASES]; a eventual vantagem de aparecer a uma só voz na candidatura a apoios externos; e a não diluição do Setor Social Solidário no todo da Economia Social”.

Para que não restassem dúvidas, o líder da CNIS assegurou que “nenhuma entidade perderá a sua autonomia”, revelando que, nos próximos dias, a CNIS irá divulgar a informação possível e necessária para que as instituições de base fiquem com dados suficientes para, na Assembleia Geral Extraordinária, tomarem uma posição esclarecida quanto à adesão.

Dentre outros assuntos tratados no Conselho Geral, destaque para a reunião, no próximo dia 7 de novembro, dos assessores jurídicos das Uniões Distritais com a assessoria

da Direção da CNIS e ainda para o apelo em torno da ROTASS – Rede Operacional e Técnica de Apoio ao Setor Solidário.

A propósito deste último item, Palmira Macedo, assessora da CNIS, deixou o apelo junto dos representantes das Uniões Distritais para que divulguem junto das suas associadas que “é necessário que se comece a utilizar a plataforma”, que, lembre-se, tem como grandes objetivos pôr as IPSS em contacto umas com as outras e partilhar as boas práticas do Setor Social Solidário.

Nota final para a presença de um representante da União Regional das IPSS dos Açores (URIPSSA), entidade que está a reanimar-se, após algum tempo “adormecimento”.



CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos da alínea d), do Artigo 27º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a reunir em Sessão Ordinária, **em Fátima, no Hotel Cinquentenário**, no próximo dia **11 de Novembro**, pelas **9h45**, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 -** Apreciação do orçamento e programa de ação para 2018;
- 2 -** Apreciação do relatório emitido pelo Conselho Fiscal sobre o programa de acção e orçamento para 2018;
- 3 -** Votação do orçamento e programa de ação para 2018;
- 4 -** Outros assuntos.

Se à hora atrás referida não estiver a maioria das associadas, a Assembleia-geral terá início quinze minutos depois, pelas 10h00 (dez horas), em segunda convocatória, com qualquer número de presenças, conforme o ponto 3, do Artigo 31º.

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral


(Profª Doutora Manuela Mendonça)

Porto, 20 de Outubro de 2017



ROTASS - REDE OPERACIONAL E TÉCNICA DE APOIO AO SETOR SOLIDÁRIO

Plataforma está funcional e aguarda contributos das instituições

Estabelecer redes de cooperação, incorporar a inovação e o empreendedorismo social e a eficiência e a eficácia na gestão interna, diversificar as fontes de financiamento e estabelecer parcerias são, e têm sido, algumas das novas formas de atuação encontradas pelas instituições no sentido de dar resposta às contínuas transformações operadas na sociedade, seja a nível económico, social e legal, entre outros.

Nesse sentido, consciente desta realidade e da necessidade de ajudar a capacitar as IPSS para os desafios emergentes, a CNIS está a desenvolver o projeto ROTASS (Rede Operacional e Técnica de Apoio ao Setor Solidário), que pretende promover uma rede de intercâmbio de informação e de partilha de recursos e boas práticas, a fim de facilitar e intermediar interações entre as instituições do Setor Social Solidário, em especial aquelas vinculadas às Uniões Distritais e/ou à CNIS.

É ainda objetivo da ROTASS, potenciar uma maior capacitação institucional da CNIS, de forma a melhorar a intervenção junto das associadas, desenvolvendo um trabalho mais qualificado e diferenciador, com um acompanhamento técnico e operacional de proximidade e de apoio contínuo às instituições.

A ferramenta de suporte desta rede é uma plataforma web (www.cnis.rotass.pt). Os responsáveis da CNIS esclarecem que a plataforma não é em si mesma «a rede», mas o instrumento de suporte à criação, dinamização e fortalecimento da pretendida rede colaborativa das instituições e das pessoas. Será através das interações entre as instituições que o Setor Social Solidário será fortalecido e as IPSS qualificadas, a sua atividade promovida e a sua imagem junto das comunidades melhor projetada.

A plataforma está acessível a todos, sendo que na área pública é possível encontrar informação diversa, legislação, boas práticas, biblioteca digital e uma lista de vagas nas respostas sociais, enquanto na área privada (acessível apenas às IPSS associadas das Uniões Distritais e/ou da CNIS e previamente registadas), para além da informação da área aberta, contém mais cinco menus: bolsa de bens e serviços; diretório de fornecedores; bolsa de auditores e formadores; respostas sociais; e um fórum.

De sublinhar que o acesso à área reservada da plataforma é gratuito para todas as instituições que vejam o seu pedido de registo aprovado pela respetiva UDIPSS. Nos casos da sua inexistência será pela CNIS.



A sustentabilidade das instituições é uma questão permanentemente em cima da mesa, mas a todas é pedido que mantenham (ou aumentem) o seu nível de resposta aos seus públicos com os mesmos recursos. Neste prisma, a partilha e cooperação entre instituições ganha uma relevante importância para a manutenção e fortalecimento de cada uma das instituições e de todo o Setor Social Solidário.

Assim, os dirigentes da CNIS têm apelado à adesão das instituições à ROTASS, na qual a partilha de recursos humanos e materiais gerando diminuição de custos, o acesso a uma rede de profissionais qualificados que trabalham no Setor Social Solidário e que numa ótica de trabalho em rede e parceria podem efetuar auditorias ou ministrar formação noutras instituições, a participação em fóruns de discussão e o esclarecimento sobre temáticas importantes para o funcionamento das instituições são alguns dos ganhos que as IPSS podem retirar da plataforma.

A ROTASS dará ainda acesso a uma plataforma de e-learning que está a ser desenvolvida com a finalidade de disponibilizar um conjunto de ações de formação relevantes para o Setor e para as instituições aderentes.

No fundo, com a implementação da ROTASS a CNIS pretende constituir um pilar estruturante em termos de atividades a desenvolver no contexto da Economia Social. No entanto, fator determinante para o sucesso do projeto é a efetiva constituição de uma rede continuada de colaboração e partilha entre as instituições.

Tal como referiu Palmira Macedo,

Principais funcionalidades da plataforma ROTASS	
Informação pública (disponível para qualquer utilizador)	
Separador	Tipo de informação disponibilizada
Sobre o ROTASS	Informação institucional sobre o projeto
Informação	Informação relacionada com notícias variadas, incentivos e apoios, parcerias e protocolos dos quais as IPSS podem beneficiar, entre outras
Legislação	Legislação aplicável à atividade das IPSS, organizada por áreas temáticas
Boas Práticas	Projetos e atividades testados e implementados por IPSS e outras entidades, com resultados práticos ao nível da sustentabilidade, gestão de recursos e angariação de fundos
Biblioteca Digital	Livros/e-books, documentos diversos, estudos, artigos de interesse, entre outra informação
Lista de vagas nas respostas sociais	Informação sobre as vagas disponíveis nas respostas sociais, introduzida pelas IPSS registadas através da área privada
Informação privada (só para utilizadores registados)	
Separador	Tipo de informação disponibilizada
Bolsa de bens e serviços	Informação sobre bens e serviços que as IPSS podem partilhar entre si, sob a forma de venda, troca ou partilha
Diretório de fornecedores	Informação sobre fornecedores de bens e serviços
Bolsa de auditores e formadores	Informação sobre técnicos das IPSS que poderão ministrar formação ou efetuar auditorias internas em outras instituições
Respostas Sociais	A possibilidade de cada uma das IPSS associadas e registadas na plataforma, poderem divulgar o número de vagas existentes nas suas respostas sociais.
Fórum	Locais de debate e partilha de dúvidas, onde os utilizadores registados poderão debater entre si

assessora da CNIS, no último Conselho Geral, agora é preciso divulgar a plataforma junto das instituições e estimular a sua participação, pois “é necessário que se comece a utilizar a plataforma”, dando a conhecer o que se faz e como se faz e partilhando problemas, preocupações e necessidades para em rede se encontrarem as melhores respostas.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Sim ou não à Confederação Portuguesa de Economia Social?

No próximo dia 11, em Fátima, os associados da CNIS vão decidir, em Assembleia Geral Extraordinária, sobre a adesão à Confederação Portuguesa da Economia Social que junta no mesmo fórum a CNIS, a União das Misericórdias, a União das Mutualidades, Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, a ANIMAR, a Confecoop; a Confagri; e o Centro Português de Fundações.

Durante cerca de um ano decorreram os trabalhos de reflexão, análise e preparação dos estatutos.

Logo de início, aquando do lançamento da ideia de juntar as oito mais importantes famílias do sector social, a CNIS manifestou reservas e dúvidas. Assumi uma posição crítica mas construtiva, participando em todas as sessões e dando contributos que, em grande medida, estão plasmados no projeto final dos estatutos da Confederação Portuguesa da Economia Social. Foi um trabalho de equipa liderada pelo Presidente da CNIS. Antes da apresentação da proposta em Assembleia Geral, o padre Lino Maia garante que "neste momento ficarmos de parte, de lado, não era vantajoso e seria visto como uma atitude de sobranceria da CNIS."

Mas, agora, é o tempo dos associados se pronunciarem e decidirem sobre a adesão.

SOLIDARIEDADE - A adesão da CNIS à Confederação da Economia Social passou por um longo processo de reservas e dúvidas. Está agora em condições de a defender em Assembleia Geral?

LINO MAIA - É uma decisão da Assembleia Geral. E ainda bem. Vai ser feita essa proposta e será discutida a adesão à Confederação Portuguesa de Economia Social. É evidente que eu fui um observador crítico, mas interventivo em todo o processo. Se esta ideia visasse tirar força às várias organizações que irão constituir a Confederação; se pusesse em causa ou matasse as intervenientes; se pusesse em causa a sua autonomia; se fizesse com que a CNIS se diluísse num pacote plural; eu seria absolutamente contra e nunca proporia uma adesão. Este setor solidário tem uma especificidade muito notória: prestar serviço público e cooperar com o Estado. Por toda a reflexão que foi feita ao longo deste ano e sobretudo pelos estatutos, estão ultrapassadas todas as suspeitas. No início do processo fui dizendo que era preciso um tempo para refletir para que não se avançasse em falso. E foi feita essa reflexão. Há consenso entre as oito organizações.

São, ainda assim, famílias muito diferentes...

Estas oito são plurais, são diferentes. Há mais afinidades entre as três que são

solidárias: União das Misericórdias, União das Mutualidades e CNIS. Eu diria que há afinidade entre estas famílias mas não são o todo. Temos, segundo a conta satélite do INE, cerca de 60 mil instituições. Mais de 50 por cento são coletividades de cultura, recreio e desporto, mas mais de 50 por cento do volume da economia é representado pelas IPSS, pela CNIS.

A Confederação é uma organização plural. Serve para evidenciar que não é tudo lucrativo, não é tudo do Estado, há uma grande economia em desenvolvimento e todos em conjunto podemos fazer com que a sociedade seja mais ágil.

É um fórum que vai acolher problemas comuns e pode funcionar como elemento de pressão junto dos poderes?

De pressão e em termos internacionais, concretamente para a União Europeia e fundos comunitários, se o país for representado por uma única voz poderá ser mais eficaz. Para Portugal é bom que haja um fórum para o encontro e a reflexão.

Da reserva em relação a esta ideia passou a uma fase de colaboração. O que é que o levou a mudar de opinião?

Não somos melhores do que os outros, mas sem dúvida a CNIS deu um enorme contributo para a apresentação de uns estatutos credíveis para uma Confederação credível. Eu estava inicialmente com algumas reservas. A reflexão que foi feita e os modelos que nos apresentaram deixaram-me apreensivo. Eu temi que em Portugal se caísse no erro de se pensar que a Economia Social seria resumida ao cooperativismo, que é importante, mas temia que o sector solidário se diluísse para hipervalorizar o cooperativismo. Colaborámos na reformulação dos estatutos, participámos ativamente nas várias sessões de reflexão pública, para que fosse perceptível que nós, o sector solidário, somos importantes. É um setor muito próprio dentro da Economia Social. O que nos caracteriza, para além da capilaridade, proximidade, gratuidade, voluntariado, é, de facto, a cooperação. Nós prestamos serviço público. Fazemos aquilo que o Estado tem que garantir que se faça, na área da educação, proteção social, saúde, desenvolvimentos local. Mas fazê-lo como sociedade. Conseguimos que se chegue a toda a parte com menos custos e muito mais benefício. Estava numa atitude de crítica e dúvida porque me parecia que não estava clara a nossa relevância. Para muitos parecia que as IPSS eram grupos de bem-fazer, de gente que ia ocupando o seu tempo e pouco mais. Agora penso que a proposta de



estatutos reflete isso mesmo. Temos a nossa autonomia e identidade própria que estão asseguradas. Se as IPSS decidirem que a CNIS deve integrar a Confederação podemos, neste global da Economia Social, dar o nosso contributo, colaborando com as outras famílias a bem da sociedade, sem dependência, nem do Estado nem do lucro.

Admite, então, que a CNIS vai ter um papel relevante da Confederação...

Vamos ver como as coisas evoluem. Não reivindicaremos lideranças. O que exigiremos sempre é a afirmação da nossa identidade, autonomia e da vontade de estarmos em conjunto com a sociedade que terá um novo aerópago da Economia Social. Nos órgãos sociais com oito famílias, cinco estarão na Direção, três no Conselho Fiscal e todos na Assembleia Geral.

Os associados da CNIS têm a última palavra...

Farei a proposta com muita transparência e abertura. Quero que seja uma discussão livre. Neste momento ficarmos de parte, de lado, não era vantajoso e poderia ser interpretado como uma atitude de sobranceria. Eu penso que pode haver vantagens na participação da CNIS na Confederação da Economia Social.

IPSS AMIGAS DO ENVELHECIMENTO ATIVO

CNIS dinamiza projeto que toca todas as associadas

«O velho era magro e seco, com profundas rugas na parte de trás do pescoço. As manchas castanhas do benigno cancro da pele que o sol provoca ao refletir-se no mar dos trópicos viam-se-lhe no rosto. As manchas iam pelos lados da cara abaixo, e as mãos dele tinham as cicatrizes profundamente sulcadas, que o manejo das linhas com peixe graúdo dá. Mas nenhuma destas cicatrizes era recente. Eram antigas como erosões num deserto sem peixes. Tudo nele e dele era velho, menos os olhos, que eram da cor do mar e alegres e não vencidos».

Como fica patente neste excerto de «O velho e o mar», de Ernest Hemingway (tradução e prefácio de Jorge de Sena, 1956), a passagem dos anos desgasta, mas também permite acumular experiência, sabedoria e todo um combustível para alimentar a chama da vida. E estes recursos são cada vez mais importantes, pois estes são tempos em que cada vez se vive mais... e se quer viver melhor até ao fim!

Assim, as pessoas não se deixem vencer pelo peso dos anos e das maleitas, muitas a nível psicológico, pois a alegria é marca dos não vencidos.

E, neste particular, as IPSS podem ter um contributo essencial no sentido de dar às pessoas mais velhas uma vida o mais ativa possível.

No ano de 2002, a Organização Mundial de Saúde (OMS) definia Envelhecimento Ativo (EA) como o “processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem”.

Partindo desta premissa e reconhecendo, pelo contacto diário com as pessoas mais velhas, que existem formas distintas de envelhecer, que, para além da saúde, abrangem aspetos socioeconómicos, psicológicos e ambientais, a OMS propôs seis determinantes do EA integrados num modelo multidimensional de envelhecimento: Fatores económicos; Serviços sociais e de saúde; Fatores comportamentais; Fatores pessoais; Ambiente físico; e Fatores sociais.

Nesta abordagem assumem papel de grande relevância a definição de um conjunto de atividades que permitam manter e fomentar um EA, com qualidade e numa perspetiva intergeracional. Para além de incrementar a melhoria das oportunidades de saúde, de participação e segurança, durante toda a vida útil, “pode modificar os fatores de risco, mesmo dos longevos, e promover o EA”, anotou a OMS, em 2005.

É neste contexto que surge, em 2014, a iniciativa da CNIS em implementar o que designa por «IPSS Amigas do Envelhecimento Ativo», que a CNIS tem vindo a reconhecer, valorizar e disseminar entre as suas associadas.

Estas, por si, devem promover nas suas respostas sociais vertentes como saúde e bem-estar, apoio psicossocial, ambientes institucionais, inclusão e participação, redes sociais e socialização.

Mas, então, o que é uma IPSS Amiga do Envelhecimento Ativo?

No fundo, são todas as instituições que assumem



um papel proactivo na promoção do EA, que adaptam as suas estruturas e serviços para que sejam acessíveis e promovam a inclusão das pessoas idosas como seres biopsicossociais.

Neste sentido, todas as respostas sociais (da infância à deficiência) devem ser promotoras do EA, sempre na perspetiva de ciclo de vida.

Neste sentido, uma IPSS para ter o perfil para ser amiga do Envelhecimento Ativo deve: Adotar estratégias adequadas às necessidades da população idosa; Desenvolver respostas sociais com espaços e equipamentos seguros e acessíveis às pessoas idosas e profissionais diversificados; Garantir e fomentar a participação cívica, a todos os níveis de decisão; Promover a satisfação e integração dos seniores no ambiente social e físico em que estão inseridos; Promover a mudança dos estilos de vida; Promover a formação e sensibilização dos colaboradores das IPSS no âmbito da temática; e Delinear planos específicos de atuação.

Estes são alguns dos critérios necessários para que uma instituição possa ser uma IPSS Amiga do EA, cuja informação é recolhida através de um formulário, uma lista de verificação das características essenciais e uma ferramenta para a autoavaliação e ainda um instrumento que fornece informação sobre atividades que podem ser desenvolvidas.

À CNIS cabe o papel de assumir e defender o conceito de «Envelhecimento Ativo», introduzido pela OMS em 2002, e que o EA é uma experiência positiva, que contribuiu para a construção de uma nova identidade das pessoas idosas como cidadãos de pleno direito, produtivos, seguros e com estilos de

vida saudável. Deve ainda estimular a construção de ambientes favoráveis e propícios à participação dos seniores nas várias esferas de atuação (família, comunidade, instituições, mercado de trabalho, etc.) e gerar uma cultura institucional favorável ao envelhecimento ativo.

Por outro lado, a CNIS estabeleceu uma parceria com a DGS - Direção-Geral de Saúde, em novembro de 2015, a fim de “aprofundar a cooperação mútua, no sentido de fomentar um envelhecimento ativo, com qualidade e intergeracional” e cujo protocolo “tem por objeto regular a colaboração e cooperação direta e recíproca entre a DGS e a CNIS, visando a melhoria da qualidade de vida e bem-estar, inclusão, participação e a redução dos níveis de dependência das pessoas idosas”.

Decorre ainda a recolha e tratamento da informação fornecida pelas IPSS, a fim de se conhecer a listagem daquelas que são Amigas do Envelhecimento Ativo.



FÓRUM ENVELHECIMENTO ATIVO E ASSISTIDO

Aposta nas novas tecnologias para melhorar a vida dos idosos

O constante e crescente envelhecimento da população da Europa, o continente mais envelhecido do Mundo, levou a Comissão Europeia a criar o Programa Active and Assisted Living (AAL), que traduzido livremente será Envelhecimento Ativo e Assistido, corria o ano de 2008.

O grande propósito é financiar, a nível europeu, projetos que utilizem as novas tecnologias para melhorar a vida dos idosos.

No fundo, procura-se melhorar a vida de muitos dos europeus, já que, logo a seguir ao líder Japão, os países mais envelhecidos estão na Europa (Top 4 - Itália, Alemanha, Espanha e Portugal).

Para a Comissão Europeia há uma grande necessidade de envolver mais e melhor a população idosa, até porque nos tempos que correm aos 65 anos parece que a vida das pessoas acaba.

Neste sentido, e no âmbito do AAL Programme, todos os anos há um concurso de ideias, em áreas como mobilidade, prevenção das demências, prevenção de quedas e outros obstáculos que impedem o gozo pleno da vida entre os idosos, a que podem concorrer consórcios, que se querem pequenos ou médios, de universidades com empresas, mas também com instituições que cuidam de idosos, sejam hospitais ou instituições sociais solidárias ou privadas, mas também pequenas empresas emergentes nascidas no seio das academias.

Anualmente, realiza-se o AAL Forum, um dos maiores eventos europeus no âmbito do envelhecimento ativo e saudável aliado à utilização de novas tecnologias e sistemas inteligentes que, este ano, decorreu em Portugal, mais concretamente em Coimbra.

Ao longo de três dias foi apresentado o que se anda a fazer na Europa na pesquisa e na prática atuais, com ênfase na promoção da independência e vida social dos mais velhos, e ainda em vertentes que otimizem os gastos em saúde e apoio social.

Os três dias foram preenchidos de workshops e de demonstrações práticas dos produtos apresentados, que um grupo de idosos acabou por avaliar no final do Fórum.

Um dos produtos apresentados no maravilhoso Convento de S. Francisco, onde decorreu o evento, foi o robô social, do Instituto de Sistemas e Robótica (ISR), da Universidade de Coimbra, concebido para ajudar os idosos em casa.

“As principais funcionalidades do robô social são estabelecer diálogo com o idoso, porque sintetiza voz, diz palavras e frases e consegue perceber o que o humano diz e, assim, estabelecer interações através do diálogo”, começa por explicar Rui Rocha, do ISR, prosseguindo: “Também tem capacidade de perceção, que permite avaliar a condição do idoso, por exemplo, se houver uma situação de risco, como uma queda, a máquina deteta e alerta os cuidadores. Tem autonomia de navegação e a cabeça tem um dispositivo, que designamos por avatar, através do qual o robô consegue expressar emoções, podendo sorrir ou expressar tristeza, por exemplo”.

Para além destas funcionalidades, o robô social tem ainda um ecrã tátil que permite ao idoso interagir e ter acesso a alguns serviços, como relógio, agenda, alarmes e internet.

“Neste projeto, denominado «Grow Me Up»,



financiado pela Comissão Europeia, pelo Programa H2020, a Universidade de Coimbra é a coordenadora e participam mais duas entidades de apoio a idosos. Em Portugal é a Cáritas Diocesana de Coimbra e há uma outra na Holanda. Em ambos os casos estão a decorrer experiências-piloto com idosos em casa, ou seja, a máquina fica em casa da pessoa e esse é o serviço que atualmente estamos a ensaiar. De momento há seis robôs em Portugal e outros tantos na Holanda, todos semelhantes e todos com nomes diferentes, que são atribuídos pelos idosos”.

Mas foram muitos os projetos apresentados, com as mais diferentes soluções para melhorar a vida dos mais velhos.

Da Universidade de Genebra uma solução para ajudar as pessoas a encontrar objetos, seja os óculos, a carteira ou as chaves, através de um tablet onde conseguem ver onde estão esses objetos. Ou uma aplicação que a pessoa vai ao hospital e é-lhe colocada uma pulseira que analisa os dados vitais e lhe indica se está tudo bem ou, se não estiver, que a alerta para voltar ao hospital, porque algo não está bem.

Já de Espanha, a empresa Ideable levou a Coimbra uma aplicação que mantém o idoso em casa em contacto com o mundo exterior, no sentido em que a pessoa pode ser teleconsultada pelo médico e monitorizar os sinais vitais e que é uma ferramenta para contactar os familiares, para ver vídeos e fotografias e que faz estimulação cognitiva, através de alguns jogos. Ao mesmo tempo que joga, o dispositivo reúne informação para detetar algum problema a nível cognitivo.

Já o departamento português do Fraunhofer, instituto alemão de tecnologia aplicada, apresentou alguns jogos com o objetivo de prevenir as quedas e uma solução para pessoas com insuficiência cardíaca poderem



comunicar com o seu médico através de uma comum aplicação para o telemóvel. Com esta solução, a pessoa pode enviar registos da sua saúde, como, por exemplo, os resultados da tensão arterial e assim ter acompanhamento do médico.

O Fraunhofer tem já alguns projetos-piloto a entrarem nas unidades de cuidados primários, ou seja, Unidades de Saúde Familiar, e um projeto de personalização de telemóvel para pessoas idosas que torna o telefone mais simples de utilizar, que já está a entrar no mercado na Holanda.

Da Suíça, a Dividat, uma spin-off de Zurique, desenvolveu um jogo que consiste numa plataforma para os pés, levando o idosos a dar passos consoante o jogo exige e que promove a estimulação simultânea da parte motora e da parte cognitiva. E essa combinação é propositada porque tem excelentes resultados na prevenção de quedas. O jogo vai de posições de Tai-chi a passos de dança, entre outros.

A edição de 2018 do AAL Forum será realizada em Espanha, na cidade de Bilbao.

INCAPACIDADE FÍSICA

Pessoas com limitações serão cada vez mais

Um quarto das mulheres e um sexto dos homens com mais de 65 anos na Europa terão uma qualquer incapacidade física em 2047. A proporção manter-se-á durante as próximas três décadas mas os números absolutos vão aumentar “significativamente à medida que as populações europeias envelhecem”, concluíram os investigadores no artigo publicado na edição online do British Medical Journal.

Os investigadores reuniram dados de inquéritos ao rendimento e condições de vida na União Europeia realizados entre 2008 e 2014 e projeções de esperança de vida para homens e mulheres feitas pelas Nações Unidas.

Em todos os 26 países analisados, a proporção é semelhante, e esta tendência terá que ser acompanhada de ações concretas: “poderá exigir várias medidas para atender às necessidades de um número cada vez maior de pessoas com limitações à sua atividade, tal como alargar as infraestruturas para pessoas com deficiências nos setores público e privado, bem como na formação de médicos e cuidadores”, defendem os autores.

Nas suas conclusões, referem que mais mulheres que homens sofrem de incapacidade grave em resultado de problemas de saúde prolongados, além de as mulheres terem maior esperança de vida.

No entanto, tanto nos homens como nas mulheres se verifica que a saúde piora com idade ao mesmo ritmo.

Os investigadores tomaram em conta o tipo de sistemas públicos de cuidados de saúde nos países e questões culturais de cada país, notando, por exemplo, que uma em cada 10 mulheres suecas com mais de 65 anos dizem ter incapacidades graves, enquanto apenas uma em cada três dizem isso na Eslováquia.



Foto: D.R.

GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL

SOFTWARE PARA VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS
(Licenciamento e SaaS)

PLATAFORMAS WEB, PORTAIS e SOLUÇÕES DE DESIGN

SOFTWARE ESPECÍFICO ECONOMIA SOCIAL

MAIS DE 3000 CLIENTES

PROCESSOS CHAVE

REGISTO DE ATIVIDADES DIARIAS

IMOBILIZADO	UTENTES	SÓCIOS	ÁREA SAÚDE	PORTAL SOCIAL	
RECURSOS HUMANOS	CONTABILIDADE	STOCKS, ECONOMATOS, COZINHAS E LAVANDARIAS	UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS		DIREÇÃO
ESCALAS DE SERVIÇOS	TESOURARIA	SALÁRIOS	CLÍNICA INTERNAMENTO		FUNCIONÁRIOS
APOIO DOMICILIÁRIO	VIATURAS	MAILING	PROCESSO CLÍNICO BLOCO OPERATÓRIO		RESPONSÁVEIS DOS UTENTES
			PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA	LIVRO DIGITAL "MEMO"	

FORMAÇÃO'17
consulte a novidade em www.f3m.pt

MANUAL DO CUIDADOR

Alzheimer Portugal lança a 3ª edição

A Alzheimer Portugal lança a 3ª edição do “Manual do Cuidador”, em português, para apoiar todas as pessoas que lidam diariamente com a doença de Alzheimer.

“Este é um manual que ajuda todos os cuidadores a lidar com a doença de Alzheimer e que responde às dúvidas e aos anseios do dia-a-dia. É importante que os cuidadores estejam informados e preparados para lidar com certas situações, tais como a mudança constante das necessidades da pessoa com demência, os comportamentos agressivos, a agitação, o nervosismo, formas de lazer e atividades que devem ser realizados”, explica José Carreira, presidente da Alzheimer Portugal.

A 3ª edição do manual pode ser adquirida na Sede da Alzheimer Portugal (Lisboa), no Centro de Dia Prof. Doutor Carlos Garcia (Lisboa), no Lar e

Centro de Dia “Casa do Alecrim” (Estoril) e via online, pelo valor de 10 euros, revertendo integralmente para a Associação Alzheimer Portugal.

A Alzheimer Portugal é a única organização em Portugal, de âmbito nacional, especificamente constituída com o objetivo de promover a qualidade de vida das pessoas com doença de Alzheimer e dos seus familiares e cuidadores.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que em todo o mundo existam 47,5 milhões de pessoas com demência, número que pode atingir os 75,6 milhões em 2030 e quase triplicar em 2050 para os 135,5 milhões.

A doença de Alzheimer representam cerca de 60 a 70% de todos os casos de demência, segundo dados da OMS.



VELAS, AÇORES

Associação para o Apoio de Crianças com Necessidades Educativas quer casa nova

A Associação para o Apoio de Crianças com Necessidades Educativas Especiais de Velas, em São Jorge, Açores, comemora no próximo ano o 25.º aniversário e quer como prenda uma sede nova para dar resposta ao crescente número de solicitações.

“A instituição, criada para dar apoio às crianças com necessidades educativas especiais, tem alargado o leque de intervenção a toda a população carenciada neste tipo de serviço, tendo em conta as necessidades dos pais e dos cerca de 200 sócios”, disse o presidente da associação, José Jorge Bettencourt.

A Associação para o Apoio de Crianças com Necessidades Educativas Especiais, que completa 25 anos em janeiro de 2018, tem um centro de atividades ocupacionais para pessoas com deficiência, com 20 utentes, e um lar residencial para nove pessoas com idades entre os 18 e 60 anos.

“Não temos sede própria, funcionamos na Santa Casa da Misericórdia, no antigo externato que foi recuperado, mas o espaço tem uma série de limitações”, explicou José Jorge Bettencourt.

Segundo o responsável, as solicitações “vão aumentando de ano para ano, tendo em conta vários fatores, como o envelhecimento da população e o apoio a deficientes”, como também devido a várias parcerias estabelecidas com as escolas e centro de saúde.

A instituição, apoiada pelo Governo Regional conta com 20 trabalhadores. A Associação para o Apoio de Crianças com Necessidades Educativas Especiais de Velas tem técnicos superiores nas áreas da motricidade, ciências sociais, desporto adaptado ou reabilitação, mas falta colmatar uma lacuna na área da psicologia, já que não tem um psicólogo em permanência.

“Outros dos objetivos da instituição é possibilitar, cada vez mais, a integração dos utentes mais autônomos na vida quotidiana e no mercado de trabalho”, salientou o dirigente, acrescentando que a associação já tem dois protocolos, um com os serviços florestais e outro com o município neste âmbito.

Para José Jorge Bettencourt, foram feitas “várias parcerias e com bons resultados, tanto para o utente como para a instituição”, destacando a importância de “abrir cada vez mais as portas da associação” à sociedade.

O Governo dos Açores fez uma visita estatutária à ilha de São Jorge. A deslocação é uma imposição do Estatuto Político-Administrativo dos Açores que determina que o executivo regional deve visitar cada uma das ilhas do arquipélago pelo menos uma vez por ano e que o Conselho do Governo reúna na ilha visitada.

APROVADO EM CONSELHO DE MINISTROS

Cooperativas integram Comissão Permanente do Setor Social e Solidário

As cooperativas vão passar a integrar a Comissão Permanente do Setor Social e Solidário, de acordo com um decreto-lei aprovado em Conselho de Ministros.

“Face às competências que se encontram atribuídas à Comissão Permanente do Setor Social e Solidário no âmbito da cooperação, foi identificada a necessidade de prever a integração de entidade representativa das cooperativas na constituição da citada comissão”, refere o comunicado da reunião

do Conselho de Ministros.

Atualmente, para além dos representantes do Governo, nas áreas da segurança social, saúde e educação, na comissão que tem por missão a concertação estratégica em termos de cooperação têm também assento a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a União das Misericórdias Portuguesas e a União das Mutualidades Portuguesas.

O Conselho de Ministros aprovou ainda uma

prorrogação do prazo de cedência de estabelecimentos sociais à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

“No quadro da gestão dos estabelecimentos integrados do Instituto da Segurança Social, importa acautelar a prorrogação do prazo de cedência temporária da gestão de estabelecimentos à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, no sentido de se criarem as condições para a conclusão dos procedimentos de transferência definitiva daqueles estabelecimentos”, refere-se no comunicado.

IPSS E OS INCÊNDIOS

Instituições foram porto de abrigo para as comunidades locais

A capilaridade do Setor Social Solidário coloca, invariavelmente, as IPSS no olho do furacão. Foi assim com a recente crise económico-financeira que Portugal viveu, com as instituições a serem a almofada social de milhares de portugueses, e, mais recentemente, foi assim com a tragédia dos incêndios de 15 de outubro na região Centro do País, tal como já acontecera em junho aquando do fogo de Pedrógão Grande. Porto de abrigo de muitas comunidades cercadas pelo fogo, as IPSS foram e têm sido essenciais no apoio a quem foi afetado pelos incêndios.

Se em junho a desgraça caiu, essencialmente, sobre três concelhos (Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pêra), a 15 de outubro o número de concelhos severamente afetados multiplicou-se bastante. Mais de 25 municípios registaram habitações destruídas.

Um dia em que as autoridades registaram mais de 500 fogos, numa área que se estendeu do distrito de Viseu até ao rio Tejo, sem esquecer que também lavraram dramaticamente em Monção e em Braga, num total de cerca de 200 mil hectares de área ardida.

Um dia devastador, em que o lume tudo dizimou à sua passagem, matando 45 pessoas, ferindo cerca de 70, desalojando muitas mais, matando e ferindo inúmeras cabeças de gado, reduzindo a cinzas habitações, fábricas, aglomerados industriais, florestas, campos agrícolas, vinhas, colmeias, etc.. O fogo florestal transmutou-se em fogo urbano e nada ou pouco escapou à sua passagem.

Esteve literalmente meio País a arder naquele que é considerado o pior dia do ano em matéria de incêndios e, muito provavelmente, de que há memória entre os vivos.

Viajar, duas semanas depois, pelos territórios afetados pelos fogos de 15 de outubro é mergulhar num território pintado de negro, de aglomerados habitacionais totalmente dizimados, em que só as paredes exteriores dos edifícios se mantêm de pé, ou de ruas salpicadas de casas totalmente ardidas lado-a-lado com outras que nada sofreram. O negro é uma presença constante, sarapintado aqui e ali por pequenos tufos verdes. Pequenas áreas que o fogo não consumiu, mas também pedaços de vida a brotarem da terra, ou não fosse a natureza uma força inquebrantável.

Os terrenos agrícolas estão sem vida aparente e também eles negros e cobertos de cinza, vinhedos destruídos, pastagens que a única coisa que têm para oferecer ao gado é... cinza.

Inúmeras unidades fabris destruídas, o que cria um grande e grave problema em termos de emprego, em regiões em que a fixação de população há muito é um problema.

À enorme tragédia que se registou a 15 de outubro e dias seguintes soma-se o drama do futuro, a



nível humano, natural e económico.

A intensidade e severidade dos incêndios, sem esquecer o denso e intoxicante fumo que libertavam, obrigaram à evacuação de localidades, ao realojamento das populações e a cortar o trânsito em dezenas de estradas, sobretudo nas regiões Norte e Centro.

Cobrindo grande parte do território nacional, o mais natural é que as IPSS também elas se vissem a braços com uma situação de exceção, fosse porque o fogo também as afetava, fosse porque serviram de porto de abrigo às populações cujas comunidades elas servem ou, pelo espírito solidário que todas une, se disponibilizaram desde a primeira hora para ajudar no que fosse preciso.

Enquanto o fogo lavrava no concelho de Seia, o Centro Paroquial de Seia acolhia utentes do Centro Social e Paroquial de Sazes da Beira, que por precaução foi evacuado, em especial devido ao intenso



fumo.

Para a instituição da cidade foram os utentes mais dependentes de Sazes da Beira, enquanto os demais foram para um dos três pavilhões disponibilizados pela autarquia, mas que a dada altura ficaram lotados.



Apesar de o fogo também ter andado próximo do Centro Paroquial de Seia, a instituição “esteve sempre a funcionar a 100 por cento”, isto “apesar de algumas colaboradoras estarem bastante preocupadas com as suas coisas, pois o incêndio andava nas zonas onde moram”, conta a diretora-técnica Vera Veríssimo.

Para além de ter acolhido um idoso logo na noite de 15 de outubro e mais três famílias no dia seguinte, mais os utentes de Sazes da Beira, a instituição, juntamente com outras instituições do concelho (Fundação Aurora Ressurreição Coelho Borges, Centro Social da Quinta Monterroso, Associação Humanitária, Social e Cultural de Pinhanços, Cruz Vermelha e Santa Casa da Misericórdia de Seia) serviram as refeições para quem fora evacuado e estava nos pavilhões municipais.

“Foi um grande esforço, porque algumas das instituições tinham elas também sido evacuadas, pelo que éramos menos no apoio à população”, lembra Vera Veríssimo, que viu a última família deixar a instituição quase três semanas após o sucedido.

Já o senhor, de 72 anos, que tudo perdeu no incêndio e que fora realojado no Centro Paroquial de Seia logo na noite de 15 de outubro, vai preencher uma vaga na instituição, passando a utente da ERPI.

Tal como em outros concelhos, instituições com valências residenciais forneceram ainda lençóis e cobertores para dar algum conforto a quem tinha sido evacuado e passou a noite nos recintos disponibilizados para tal.

Mas muitas outras instituições foram autênticos portos de abrigo para as populações, lugares seguros onde as pessoas se refugiaram. Isto apesar de em algumas situações as perspetivas é que nem ali estariam seguras.

Foi o que aconteceu em Midões, concelho de Tábua, distrito de Coimbra, com o Centro Social Caeiro da Matta a servir de oásis no deserto de chamas em que a freguesia se havia transformado.

Já em Cambra, concelho de Vouzela, distrito de Viseu, o Centro Social foi o derradeiro refúgio para a população da vila, que numa primeira fase fugira para a Igreja Matriz, no seio do núcleo habitacional, mas que perante a proximidade das chamas tiveram que fugir, refugiando-se na IPSS.

“Acolhemos aqui na instituição, que pela localização e pela própria construção afigura-se mais segura, cerca de 200 pessoas”, conta João Taborda, vice-presidente da instituição de Cambra, que depois de assegurar que todas as portas e janelas estavam vedadas para que o fumo não entrasse, foi ajudar a afastar o fogo de um depósito de gás junto a um restaurante no meio da vila.

Também no Centro Social de Cambra houve uma família que acabou por pernoitar na instituição mais do que apenas a noite fatídica, sendo que alguns dos desalojados, entretanto alojados nos



Maristas, passaram a frequentar o Centro de Dia da instituição.

Em Midões, Beatriz Vitorino recorda a afluência de pessoas da aldeia para o equipamento da instituição, em fuga às chamas e desesperadas perante o cerco que o lume fazia à aldeia.

“As pessoas apareciam à porta a pedir socorro e é claro que as acolhemos. Ainda abrigámos aqui mais de 100 pessoas”, conta, lembrando que se o fogo pegasse na instituição “seria uma desgraça”, porque “não havia por onde fugir”.

«Vivemos momentos de grande aflição, porém, dentro do espírito de solidariedade que faz parte dos princípios subjacentes à existência desta instituição, conseguimos acolher todos os desprotegidos que nos procuraram. Acolhemos idosos, crianças, feridos, estrangeiros, animais, enfim todos aqueles que em pânico se socorreram da nossa ajuda”, pode ainda ler-se na página de Facebook do Centro Social Caeiro da Matta, numa mensagem que teve como principal intuito o descansar os familiares das pessoas que a instituição acolhe, muitos deles residentes no estrangeiro.

A diretora-técnica do Centro Social Caeiro da Matta recorda ainda que abrigou as pessoas e foi, desesperada, ao quartel dos bombeiros de Vila Nova da Oliveirinha pedir ajuda, mas não havia recursos disponíveis. Aliás, já nem ela pôde regressar à instituição, pois a aldeia estava cercada pelo fogo.

Era esperar que tudo corresse pelo melhor, pois o fogo aproximou-se de tal forma da instituição que destruiu alguns materiais de construção que estavam nas traseiras e que eram para as obras de ampliação que o equipamento está a sofrer.

Aliás, a cerca de 50 metros da instituição arderam três casas de primeira habitação, uma delas de uma funcionária do Centro.

Neste particular, a história mais trágica das instituições que o SOLIDARIEDADE visitou é a do Centro Social e Paroquial de S. Joaquinho, em Santa Comba Dão, que perdeu um funcionário para as chamas, que ainda desalojaram duas funcionárias.

“Fomos um porto de abrigo para a comunidade, que aqui se refugiou do fogo”, conta Elisabete Costa, diretora-técnica da instituição, referindo ainda que a grande preocupação foi não deixar que o fogo chegasse ao depósito de gás que está no exterior da instituição e por onde as chamas rondaram.

“Temos acolhido as funcionárias e as suas famílias aqui na instituição, onde tomam refeições e fazem a higiene diária, e temos fornecido alguns alimentos a quem também ficou desalojado”, revela Elisabete Costa, que, volvidas quase três semanas, desabafa: “Só agora estamos a começar a voltar à normalidade, porque tem sido difícil a nível psicológico”.

Também bastante fustigado com o fogo foi o concelho de Vagos, no distrito de Aveiro, um incêndio



que se estendeu a Mira, já no distrito de Coimbra.

A Associação de Solidariedade Social de Santo André de Vagos, preocupada com as sequelas que a tragédia pode deixar, alertou, via Facebook, os pais das crianças que frequentam a instituição para a importância de se estar “atento ao comportamento das nossas crianças, depois destes episódios traumáticos que passaram nos últimos dias”, estando a instituição disponível para fazer a ponte com as equipas multidisciplinares que a autarquia enviou para o terreno.

Por outro lado, a instituição, através da sua loja social, está “a doar roupas e móveis, entre outras coisas, para as muitas pessoas que foram afetadas”, revela a diretora-técnica Virgínia Pinho, sublinhando: “No concelho de Vagos o fogo só não chegou a uma freguesia, todas as outras foram afetadas”.

Em Oliveira do Hospital, o Centro Paroquial de Solidariedade Social de Santa Ovaia, apesar de evacuado, “por causa do fumo, porque apesar de o jardim ter ardido, as instalações nada sofreram”, explica a diretora-técnica Laura Santos, a instituição “acolheu um desalojado durante uma noite e tem trabalhado em articulação com a Junta de Freguesia em tudo o que é pedido”.

Em resposta a esses pedidos, a instituição acolheu durante um fim-de-semana uma equipa de psicólogos que trabalharam na zona, para além de “recolher e distribuir bens a quem não se pode deslocar a Oliveira do Hospital” onde está a ser centralizada a ajuda às vítimas do concelho.

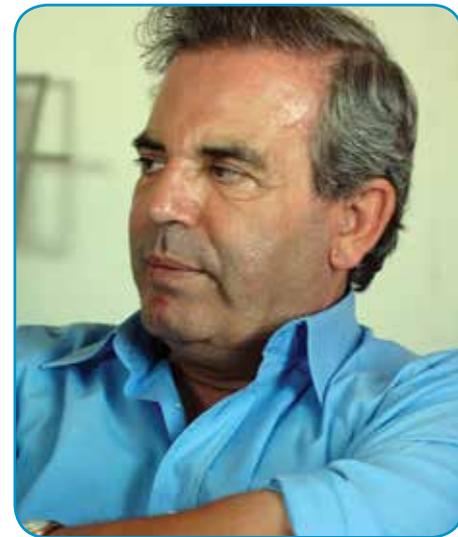
Também em Monção o fogo não deu tréguas, tendo os lares de Merufe e de Barbeita, valências do Centro Paroquial e Social de Barbeita, sido evacuados por precaução, face ao intenso fumo.

“Até ao momento nada nos foi pedido para ajudar, mas se nos pedirem, cá estaremos para ajudar, pois estas casas existem para isso mesmo”, assevera o padre Américo Alves, presidente da instituição, sintetizando o espírito que norteia as IPSS espalhadas pelo País.

Apesar de algumas também terem sido vítimas indiretas dos incêndios, as IPSS estão desde a primeira hora na ajuda às comunidades que servem, fosse servindo de porto de abrigo no auge do incêndio, seja no apoio indireto às populações nos dias que correm, já que a coordenação desse apoio está centralizado nas autarquias.

Prova disso é a mensagem deixada no Facebook pela Casa do Povo de Tábua: «A Casa do Povo de Tábua associou-se desde a primeira hora com a onda solidária para acolher as vítimas dos incêndios e continua obviamente pronta para ajudar no que for necessário, quer em termos logísticos (com a cedência da nossa carrinha) quer com os nossos recursos humanos”.

PADRE JOSÉ MAIA
jose.maia@cic.pt



“Ó Pátria, sente-se a voz...”

O **nobre povo**, que somos nós, após anos de troika e duras medidas de austeridade, começava a celebrar boas notícias de milhares de novos empregos que se têm criado, de indicadores económicos ao melhor nível dos países europeus, de um turismo que vai espalhando milhares de pessoas por todas as nossas cidades e até pelo interior, deixando em grandes e pequenas superfícies comerciais largos milhões de euros que permitem o aumento do poder de compra de tanta gente que estava faminta de negócios para poder equilibrar as suas balanças familiares! A reversão de muitas medidas tomadas em tempo de crise repercutiu-se num aumento assinalável de poder de compra de muita gente. Governantes e governados viviam tempos de alguma euforia e confiança no presente e no futuro!

Porém, no passado mês de outubro, que ficará na nossa história como o outubro mais quente nos últimos 87 anos, **fez-se sentir a voz, a dor e a tristeza** de milhões de portugueses ao verem as imagens lancinantes de concelhos inteiros a arder e a obrigar milhares de portugueses a lutar pela sua sobrevivência e pela defesa das suas casas e bens!

Ninguém queria acreditar que o lendário pinhal de Leiria pudesse ter sido também pasto das chamas. Mas foi! A comoção tomou conta do país que ainda celebra o luto de tantos mortos, de tanta destruição!

Uma Pátria como a nossa, que tantos mundos deu mundo, que sempre valorizou e desenvolveu o chão do interior, dos campos onde se cultivava o pão e o vinho, se construíram casas

de afetos e berços familiares que geravam vida, mantinham escolas, centros de saúde, casas do povo e outros equipamentos de proximidade, se foi transformando, progressivamente, num interior desertificado exposto a **desumanidades** para com as pessoas, sobretudo idosas, sem acesso aos mais elementares direitos de cidadania e a **destruição da natureza** que, por abandono, se transforma em presa fácil de incêndios que tudo destroem!

Será que “Deus terá escrito direito por linhas tortas” ao permitir que tanta dor, tanto abandono de pessoas, concelhos inteiros, tenham servido para despertar a nossa consciência coletiva para a solidariedade nacional, a coesão territorial e social, para fazer compreender aos decisores políticos que Portugal não é apenas o litoral?

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
ajsilva@sapo.pt

Uma promessa esquecida

No passado dia um de Outubro, realizou-se o referendo sobre a independência da Catalunha. A consulta, que provocou uma grande expectativa mediática, traduziu-se num resultado maciçamente favorável a essa independência, mas foi considerada ilegal pelo governo de Espanha, por se ter realizado à margem da Constituição e de todas as regras que esta impõe para a validação de uma tal consulta.

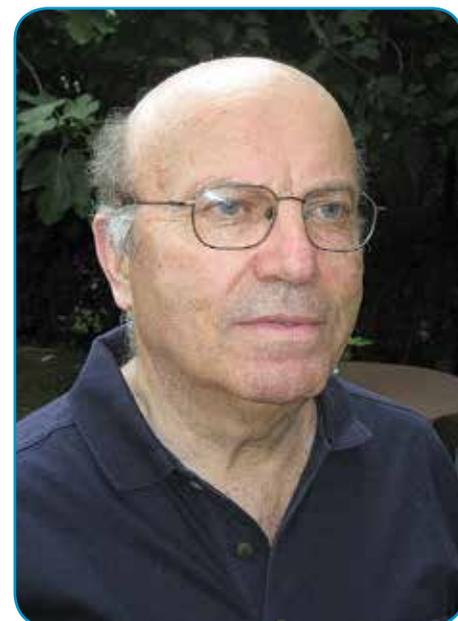
Por coincidência, e uns dias antes deste, teve lugar um outro referendo que, pese embora a sua importância, não motivou o mesmo interesse da Comunicação Social. Falamos da consulta realizada no Curdistão iraquiano, e que tinha também como questão central e única a independência daquele território. Apesar das pressões internacionais, interessadas em evitar qualquer destabilização deste território, a consulta acabou por se realizar e teve um resultado que não deixa dúvidas: os curdos do Iraque querem mesmo ser independentes.

Pode dizer-se que são algumas as semelhanças entre a situação política dos curdos iraquianos e a dos catalães, de tal modo que, ainda recentemente,

houve quem classificasse o Curdistão como a Catalunha do Médio Oriente. É preciso lembrar, no entanto, que as diferenças políticas entre os dois territórios são bastante maiores que as semelhanças. A começar logo pelo facto de podermos falar de uma Catalunha no singular e de não haver um só Curdistão.

Os curdos constituem um povo a quem, no rescaldo da primeira guerra mundial, as potências vencedoras da Alemanha e do império otomano prometeram um lugar na comunidade internacional com o estatuto de estado livre e independente, eles que viviam ao longo de um vasto território onde conservaram a sua língua e guardaram a sua história e a sua cultura. A promessa foi assumida no Tratado de Sèvres, em 1920, mas dois anos depois, a promessa já estava esquecida. Pelo Tratado de Lausanne, de 1923, o território dos curdos foi dividido entre o Iraque, a Turquia, a Síria e o Irão, países onde, desde então, vêm sofrendo, mais ou menos ciclicamente, as agruras correspondentes a quase todas as minorias.

Foi no Iraque, nos tempos de Sadam Hussein, que os curdos viveram os tempos mais perigosos da sua história recente. Na sua loucura



persecutória, o ditador iraquiano recorreu mesmo ao lançamento da bombas de gás para os tentar submeter definitivamente, uma decisão que teve como consequência a classificação de Sadam como criminoso de guerra. Por coincidência, foi neste país, que eles alcançaram recentemente uma relativa autonomia, uma espécie de recompensa por terem estado, desde o princípio, na frente da batalha contra as loucuras do “estado islâmico”.

No entanto, os curdos iraquianos querem mais do que essa relativa autonomia: querem a independência que lhes foi prometida, e logo depois negada, há quase um século. Uma promessa que, apesar de tudo, não será cumprida nos tempos mais próximos.

HENRIQUE RODRIGUES

*Presidente do
Centro Social de Ermesinde*

A Batalha de Alcântara

1 - “Na noite escreve um seu Cantar de Amigo/O plantador de naus a haver,/E ouve um silêncio múrmuro consigo:/É o rumor dos pinhais que, como um trigo/De Império, ondulam sem se poder ver./Arroio, esse cantar, jovem e puro,/Busca o oceano por achar;/E a fala dos pinhais, marulho obscuro,/É o som presente desse mar futuro,/É a voz da terra ansiando pelo mar.”

Trata-se do poema que, na Mensagem, Fernando Pessoa dedica a D. Dinis, o rei português da 1ª Dinastia que, no litoral da Marinha Grande, no século XIII, entre o mar e Leiria, mandou plantar o pinhal que havíamos de conhecer como Pinhal de Leiria.

No poema, Pessoa remete ainda para outro aspecto da história pessoal desse Rei, também o seu estro poético, autor que foi de algumas das Cantigas de Amigo, ou Cantares de Amigo, que marcam os tempos inaugurais da afirmação da Língua Portuguesa em modo literário.

Todos aprendemos no liceu o poema atribuído ao Rei-Poeta, “Ai flores, ai flores do verde pino”, lembrando as flores do “pino”, quer dizer, do pinheiro -, sugerindo o rumor das árvores por si plantadas à beira-mar.

(E cabe também aqui evocar sua Mulher, a Rainha Santa Isabel, autora do Milagre das Rosas”, ocorrido quando a Rainha distribuía alimentos pela população mais carenciada e, surgindo-lhe o Rei a caminho, perguntando-lhe o que levava no regaço, lhe afirmou serem rosas, julgando que o monarca lhe levaria a mal essa crítica implícita às políticas públicas, que, então como agora, deixariam portugueses a passar fome.

E passaram a ser rosas – este o milagre.

Era uma espécie de PCAAC à moda da Idade Média – mas cuja lição é igual em todos os tempos: quem exerce o poder não estima particularmente as críticas, por muito construtivas que sejam.

A este propósito, cabe aqui recordar o Primeiro-Ministro, António Costa, no recente debate sobre o Orçamento de Estado, quando, a críticas da Oposição, recordou que o Orçamento não era como a Rainha Santa Isabel, não multiplicava indefinidamente os recursos.

Naquele contexto, melhor caberia a lembrança do milagre da multiplicação dos pães e dos peixes, narrado no Evangelho – mas seria uma evocação porventura pouco laica para muitos dos apoiantes da solução governativa que nos rege.)

Cerca de 80% da área do Pinhal de Leiria ardeu no passado mês de Outubro, fazendo desaparecer nessa vaga, que vestiu de negro os corpos e as almas de tantos de nós, parte da História, e da memória, de Portugal,

Manuel Alegre, Prémio Pessoa em 1999 e

Prémio Camões em 2017, cujas cordas sensíveis rimam simultaneamente com a História e com o lirismo, foi quem entre nós melhor lembrou, no rescaldo dos incêndios do final do Verão, essa outra dimensão, mais simbólica, das perdas que Portugal sofreu.

2 - “O plantador de naus a haver” – é a segunda qualificação que Pessoa faz de D. Dinis. (A primeira é a de poeta).

E fá-lo com razão histórica: foi com a madeira das árvores do Pinhal D’El Rei que se construíram a maior parte das naus que levaram os portugueses dos séculos XV e XVI à conquista e à descoberta de velhos e novos mundos.

A primeira expedição, com mais de 200 naus, foi ao norte de África, no início do século XV, no reinado de D. João I, e traduziu-se na conquista de Ceuta.

Ceuta foi cidade portuguesa entre a data em que foi conquistada aos mouros – 1415 – e a Restauração da Independência – 1640 –, não tendo, nessa ocasião em que expulsámos os Reis espanhóis e reconquistámos a nossa autonomia, acompanhado o resto do País na aclamação de D. João IV como Rei de Portugal.

Mais tarde, em 1668, com o Tratado de Lisboa, celebrado entre Espanha e Portugal e que pôs termo à Guerra da Independência, Ceuta permaneceu integrada na Coroa Castelhana, por ser essa a vontade maioritária dos seus habitantes.

Foi mesmo a única possessão portuguesa que permaneceu em mão castelhanas, tendo Olivença, por exemplo, sido então restituída a Portugal.

Ainda hoje assim é, constituindo as possessões espanholas em Ceuta e Melilla, no Norte de África, a fronteira mais meridional da União Europeia.

Trata-se, aliás, de uma fronteira que as televisões nos mostram a cada dia, já que ela constitui uma das portas de acesso – mais de impedimento do que de acesso, é certo – à Europa por parte de fluxos de refugiados provenientes do Magrebe.

E, na verdade, ao olharmos para o mapa da boca do Mar Mediterrâneo, para as Torres de Hércules, na ligação entre o Mar Mediterrâneo e o Oceano Atlântico, apercebemo-nos de que tais possessões estão – por assim dizer – fora do sítio, fora de uma lógica de contiguidade física, fora do alinhamento, encravadas que se encontram no litoral do território do reino de Marrocos.

(A mesma estranheza com Gibraltar, território-Rochedo que define a margem norte do Estreito com o mesmo nome, que separa a Europa da África.

Olhando para o mapa da Península Ibérica, e sem ter em conta as vicissitudes da História,

ninguém diria que o território gibraltino não integra o domínio espanhol.

Mas não: é inglês!

Não deixa, no entanto, de ser verdade que a incorporação de Gibraltar em Espanha é uma reivindicação antiga dos nossos vizinhos do lado, a que se tem oposto a vontade dos moradores do Rochedo, por via de referendo.)

3 – Tudo isto a propósito de que será porventura excessivamente ousado dizer que a questão das fronteiras na Europa está arrumada, constitui uma não-questão.

O processo da Catalunha é um bom exemplo de que não está arrumada essa questão, como nenhuma nunca está nas relações internacionais, e de que é possível, não só na teoria, como na prática, criar novos Estados no seio desta Europa civilizada em que nos encontramos integrados.

Dir-se-á que são interesses egoístas que constituem o verdadeiro caldo do impulso independentista, por o PIB catalão ser superior à média espanhola e os habitantes da Catalunha não querem participar no esforço de solidariedade para com as regiões mais pobres da Espanha.

(Argumento que, meio galego que sou, me custa a engolir.)

Mas, na verdade, são sempre interesses egoístas os que movem os povos e as nações, nas suas relações externas.

Na Catalunha, não é diferente.

(Será que nos tornámos madridistas à conta de Cristiano Ronaldo, abandonando as afinidades com a Catalunha, que entre nós eram a norma?)

Também não serve o argumento de que a liderança catalã, de Carles Puigdemont, é fraca e pusilânime, andando aos ziguezagues durante todo o processo, fugindo para Bruxelas para escapar às prisões castelhanas e abandonando o povo que declarou independente de Madrid.

Cada povo escolhe quem o lidere – é a regra democrática.

Para voltar à primeira parte deste texto, e a Manuel Alegre, que acabou de publicar um livro de poemas sobre D. António, Prior do Crato, também prefiro o exemplo deste último Príncipe de Avis, que foi o Rei do povo miúdo e que pegou em armas, em 1580, para defender a Pátria do invasor Filipe I de Espanha, apoiado pelos nobres e pelos poderosos – como D. João de Castela o fora na Crise de 1383/1385.

Perdeu, na Batalha de Alcântara, seguindo depois para o exílio.

Mas, nesta União Europeia a que pertencemos e que tem nos valores da democracia os seus fundamentos, é intolerável aceitar a prisão de quem, com razão ou sem ela, defenda pacificamente as suas convicções e lute por elas sem armas na mão.

LAR FAMILIAR TRANQUILIDADE, SANTO TIRSO

Aposta no conforto dos utentes é a prioridade na Vila das Aves

Lar Familiar Tranquilidade, na Vila das Aves, é daquelas instituições que faz jus ao nome. Para além de proporcionar um ambiente o mais confortável e familiar possível aos utentes, a instituição tem uma envolvente física em que a palavra de ordem é... tranquilidade. Na busca do melhor bem-estar para os seus utentes, a instituição acaba de inaugurar uma nova área na sala de convívio que vai proporcionar aos residentes e frequentadores do Centro de Dia um espaço, precisamente, mais tranquilo.

Uma vasta zona arborizada, rasgada por veredas e polvilhada com mesa e bancos de pedra, envolve a instituição e proporciona a todos os que ali estão e se deslocam um local tranquilo e sossegado. Apesar de para lá dos muros e portões existir uma escola do Ensino Básico e ainda o estádio de futebol do Grupo Desportivo das Aves, a tranquilidade no interior da instituição não é afetada e o espaço envolvente convida a momentos de reflexão, meditação e convívio, sendo que, em especial nos meses mais quentes, as copas das muitas árvores funcionarem como um autêntico toldo. Aliás, este é um espaço muito utilizado pela instituição para promover convívios entre os utentes, mas igualmente entre instituições, como é o caso da «mega sardinada» que há vários anos organiza por altura dos santos populares.

E foi também para proporcionar um pouco mais de tranquilidade na sala de convívio que os responsáveis pelo Lar Familiar Tranquilidade investiram no alargamento da mesma, criando um espaço mais onde os utentes podem estar mais tranquilos.

“A ampliação da sala de convívio é algo muito importante porque permitiu criar um espaço mais sossegado. Com os utentes a ficarem cada vez mais numa situação de maior dependência, quem está mais autónomo começava a ficar incomodado”, começa por dizer Tiago Vilaça, vice-presidente da instituição do concelho de Santo Tirso, acrescentando: “A sala de convívio serve o Lar e também o Centro de Dia e o aglomerado de pessoas começava a notar-se, daí a importância da ampliação. Por exemplo, agora é possível a um utente estar naquela área, mais sossegado, a ler um livro num ambiente muito tranquilo, com uma iluminação muito boa e virada para o jardim. A ideia é, no futuro, estender este espaço para uma área exterior, aproveitando o jardim”.

Tiago Vilaça considera mesmo esta intervenção no equipamento que conta 17 anos como “a obra mais importante” que a instituição realizou “nos últimos 10 anos”.

“Esta ampliação vem trazer muita qualidade ao tempo das pessoas que aqui estão.



Se olharmos para um dia de um utente, é na sala de convívio que ele passa mais tempo”, sublinha.

Parecendo apenas um pequeno alargamento da sala de convívio, esta “foi uma obra considerável, porque mexeu com a estrutura do edifício”.

“Pode parecer uma pequena ampliação em termos de área, mas acrescenta muito mais do que aquilo que se vê, em termos de conforto e bem-estar dos utentes. A sala de convívio sofreu uma transformação muito positiva nesse aspeto”, frisa Tiago Vilaça, que lamenta apenas não poder empreender uma outra transformação no equipamento por falta de verbas.

“Gostaríamos de fazer uma obra de raiz que permitisse melhorar as condições térmicas do edifício, porque a nossa prioridade é o conforto dos utentes. Vem aí o Inverno e aqui faz muito frio. Esta era a intervenção que gostaríamos de fazer, mas é uma obra grande e com grandes custos”, afirma o «vice» da instituição, acrescentando: “Neste aspeto temos que navegar à vista mais pela questão dos custos. Temos que ter



muita prudência com os custos, nunca dar um passo maior do que a perna e nunca comprometer a gestão futura. Não posso comprometer os mandatos futuros. Numa instituição em que os recursos são escassos, os investimentos têm que ser feitos com capacidade, não podem ser feitos no ar ou a contar com coisas que podem não acontecer. Temos que apostar em coisas controladas, como foi o caso da ampliação da sala de convívio”.

Não vivendo uma situação crítica, a instituição não tem disponibilidade financeira para

grandes investimentos, apostando na prudência financeira. Por isso, Tiago Vilaça sustenta que a situação financeira da instituição é equilibrada.

“Fico muito contente quando analiso as contas anteriores e vejo uma redução no valor dos principais gastos em compras. Mas depois as coisas ficam mais ou menos iguais, porque há sempre um aumento com aquilo que são os custos com os trabalhadores ou outros gastos. Nós cumprimos na íntegra tudo o que foram os últimos aumentos em termos de recursos humanos, até porque isto é um trabalho pesado e é preciso ter consciência disso. É um trabalho que não é muito atrativo, tem que haver boa vontade em fazê-lo, portanto não é remunerado como gostaríamos, mas cumprimos com o que está em vigor”, refere, acrescentando: “Temos sentido um aumento da massa salarial, para não falar das contribuições fiscais, mas conseguimos, de alguma forma, manter a estrutura de custos porque do lado da despesa temos conseguido reduzir. Do lado da receita, sentimos uma pequena redução, mas podemos recorrer à Fábrica da Igreja sempre que é necessário, especialmente para investimentos. Para esta ampliação tivemos o apoio da Fábrica e depois de alguns beneméritos”.

Vivendo apenas das participações dos utentes e da Segurança Social, Tiago Vilaça considera que a hipótese de aumentar a mensalidade familiar é inviável.

“Poderíamos pedir participações maiores aos familiares dos utentes, até porque está legalmente previsto, mas as pessoas não têm capacidade”, afirma, lembrando que o facto de a freguesia ter muita indústria acarreta outro fenómeno, que é o “baixo rendimento das famílias”.

“Em termos de Lar, o que temos percebido é que o idoso enquanto dá pouco trabalho, os filhos tomam conta porque a pensão ajuda ao orçamento familiar. Temos muitos utentes cuja pensão média pouco ultrapassa os 200 euros. A esmagadora maioria eram trabalhadores do têxtil, com salários mínimos e, se calhar, com contribuições para a Segurança Social apenas a partir dos anos 1980, porque até lá não havia. Então, só quando as pessoas ficam completamente dependentes e os filhos veem que não têm capacidade para cuidar delas é que vêm ao Lar pedir um lugar”, conta, sublinhando: “Sentimos que o rendimento médio dos nossos utentes é muito baixo, o que traz uma dificuldade também para a instituição. Temos mensalidades baixas, o que releva a importância da gestão passada, em que se fez algum aforro, o que hoje não se consegue fazer”.

É por isso que Tiago Vilaça considera a gestão rigorosa e cuidada tem sido essencial na vida da instituição.

“Temos uma gestão, do lado dos recursos, muito eficiente. Nos últimos três exercícios temos conseguido baixar os custos com os fornecimentos e serviços externos e com os produtos consumíveis, sejam produtos alimentares ou outros, sem colocar em causa a qualidade. Isto é, temos feito uma gestão mais eficiente e mais cuidada do lado da compra e com uma negociação mais de perto. A diversidade de fornecedores implica uma negociação próxima e rigorosa”, assevera, destacando a importância da FAS2 em todo o processo de gestão da instituição.



“O FAS2, que não concluímos porque era uma despesa muito grande, ficando só a faltar a certificação, foi um processo muito importante. Teve grandes virtudes como foi o diagnóstico, ou seja, o levantamento das necessidades para colocar procedimentos em curso, tendo até surgido problemas que desconhecíamos. Depois, o conhecimento de quem vem fazer as auditorias é bom para a implementação de boas práticas. Este foi um processo muito importante para o trabalho da instituição”, defende o «vice», acrescentando: “Tem sido muito importante fazermos uma gestão profissional. Criámos um centro de custos, ou seja, um fiel de armazém, de onde é tratado todo o processo de aquisição de bens, acabando-se com a dispersão nas compras”.

O Lar Familiar Tranquilidade surgiu por vontade do benemérito António Martins Ribeiro, falecido em 1966, e que em 1955 doou uma vasta quinta e a sua própria casa à Comissão Fabriqueira da Paróquia de S. Miguel das Aves.

No entanto, só em 1990, pela mão do ainda hoje pároco da Vila das Aves, padre Fernando Abreu, é que o sonho do benemérito tomou forma, com a instituição a receber os primeiros utentes (12 em Lar e 25 em Centro de Dia).

Quase três décadas volvidas, a instituição acolhe 50 utentes em ERPI, 20 em Centro de Dia e apoia 30 idosos da freguesia através do SAD.

Aproveitando a antiga casa do benemérito, a instituição transformou-a no Centro de Apoio António Martins Ribeiro, inaugurado em 2000, uma espaço equipado com piscina, ginásio, hidroterapia, jacuzzi, sauna e quatro quartos de casal e um individual para repouso temporário, que serve não apenas os utentes da instituição mas também a população em geral.

Quanto ao futuro, Tiago Vilaça considera que a capacidade da ERPI já não é suficiente para as necessidades da freguesia.

“Temos cerca de nove mil habitantes na freguesia e nos dias que correm sente-se mais a



necessidade desta resposta. Nota-se que há uma alteração de comportamento das famílias. Dantes havia aquele espírito dos pais ficarem em casa dos filhos, mas hoje não. Os filhos procuram o seu rumo, a questão profissional também interfere, pois há muita gente que tem trabalho fora e já cá não vive, ficando os idosos sozinhos. Hoje temos uma terceira idade solitária”, considera, justificando a grande necessidade da resposta que a instituição dá: “Nos dias que correm esta estrutura é muito necessária e sempre que temos uma vaga temos vários pedidos. Por outro lado, nota-se que o negócio, ou seja, o privado, está a crescer. Há diversas entidades aqui em volta e com taxas de ocupação interessantes. Nota-se que as instituições estão a perder os utentes com alguma capacidade económica, que estão a ir para o privado, o que significa que a nossa resposta vai ser cada vez mais necessária, porque estamos no apoio a quem tem pouco e precisa muito”.

A terminar, Tiago Vilaça quis deixar uma palavra aos colaboradores: “Não tenho dúvida de que é um esforço grande, até porque todos os meses o Gabinete Técnico me diz que é preciso contratar mais gente. Os ordenados não são muito altos, mas temos uma equipa que veste a camisola e que se contagia entre si”.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA IPSS



SINAL MAIS

GERTAL ITAU

SOGENAVE

STRONG ALARMIBÉRICA S.O.V. INFRASECUR CHARON TAMPER

UPK CLIMAMOR

B2B

CERGER

FEB CAFÉS CATEFRU SOCIGESTE

IBERLIM NOVA SERVIÇOS

PAPIRO

VIVAMAIS

SERDIAL

BIOSOG

TICKET SERVIÇOS FLEXBEN

A TEMPORÁRIA A TEMPORÁRIA OUTSOURCING

A Trivalor, composta por mais de 20 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua IPSS.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em Business & Facility Services.



Diferentes empresas da Trivalor SGPS, S.A. detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

STRONG
Alvarás: 41 A | 41 B | 41 C

CHARON
Alvarás: 32 A | 32 B | 32 C

S.O.V.
Alvarás: 14 A | 14 C

www.trivalor.pt

AV. INFANTE SANTO, 21 A · 1350-177 LISBOA
TELEF.: 21 042 00 05 / 21 042 08 08
FAX: 21 042 00 98 / 21 424 94 88
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONTACTE-NOS



TRIVALOR

DEMOGRAFIA

População residente volta a cair em 2016

A população residente em Portugal voltou a cair em 2016, ano em que o número de mortes superou o dos nascimentos mas a emigração diminuiu, segundo as Estatísticas Demográficas do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Em 2016, a população residente em Portugal foi estimada em 10.309.573 pessoas, menos 31.757 do que em 2015, o que representa uma taxa de crescimento efetivo de -0,31% (-0,32% em 2015).

“A situação demográfica em Portugal continua a caracterizar-se pelo decréscimo da população residente, apesar do aumento da natalidade e do decréscimo da emigração”, refere a publicação “Estatísticas Demográficas 2016”.

Segundo o INE, o declínio populacional mantém-se desde 2010, embora se tenha atenuado nos três últimos anos.

Para isso, contribuiu o “ligeiro aumento” de 1,9% do número de nascimentos em 2016 (87.126) face a 2015 (85.500).

Contudo, “esse aumento foi insuficiente para compensar o número de óbitos”, que aumentou 1,8% em 2016, situando-se em 110.535, mais 23.409 do que no ano anterior.

A maioria (70,5%) das mortes ocorreu em pessoas com idades iguais ou superiores a 75 anos, referem as estatísticas, segundo as quais a taxa bruta

de mortalidade foi de 10,7% (10,5% em 2015).

Em 2016, a taxa de mortalidade infantil foi de 3,2 óbitos por mil nados vivos, ligeiramente superior ao valor registado em 2015 (2,9).

O INE estima que, durante o ano de 2016, tenham entrado em Portugal 29.925 pessoas, valor próximo ao registado em 2015 (29.896), e tenham saído 38.273 para residir no estrangeiro, menos 5,2% do que em 2015 (40.377).

“O efeito conjugado destes fluxos resultou na manutenção do saldo migratório negativo (-8.348), ainda que atenuado face a 2015”, sublinha a publicação que analisa as várias temáticas do comportamento demográfico da população, como o crescimento natural e migratório, natalidade e fecundidade, mortalidade e esperança de vida, casamentos, divórcios.

De acordo com o INE, o saldo migratório apresentou em 2016, e pelo sexto ano consecutivo, um valor negativo, ainda que mais atenuado.

Os dados revelam também que o índice sintético de fecundidade foi de 1,36 filhos por mulher, verificando-se, pelo terceiro ano consecutivo, uma ligeira recuperação.

Contudo, manteve-se a tendência de adiamento da idade à maternidade. A idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho subiu de 30,2



para 30,3 anos e a idade média da mãe ao nascimento de um filho (independentemente da ordem de nascimento) de 31,7 para 31,9 anos.

A esperança de vida à nascença foi estimada em 80,62 anos, para o triénio 2014-2016, e continua a ser superior para as mulheres face aos homens (83,33 anos e 77,61, respetivamente).

SOLIDÁRIOS CONSIGO HÁ MAIS DE 22 ANOS

DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO,
AS PESSOAS PRECISAM DE SI.

TSR
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

SOFTWARE
IPSS

SECTOR
ECONOMIA
SOCIAL

CONTABILIDADE ESNL

IMOBILIZADO ESNL

MÓDULO ORÇAMENTOS

LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE

UNIDADES DE SAÚDE

GESTÃO DE IMÓVEIS

ORDENADOS

UTENTES IPSS

UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)

PROCESSOS CLÍNICOS UCC

PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL NOVO

CONTROLO DE PRESENÇAS

ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS

SISTEMA INTEGRADO DE TESOUREARIA

TSR - Utentes
TSR - Bancos
TSR - Associados
TSR - Rendas
TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores

PRESCRIÇÃO ELECTRÓNICA E MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO (CERTIFICADO SPMS)

RECEITAS SEM PAPEL

ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO

entre outras

ASSISTÊNCIA REMOTA
Via internet

ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
Gratuita

INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
Nas vossas instalações

Rua dos Cutileiros, 2684 1º - Sala 11 - Apartado 1071 EC
4836-908 Lameiras - Guimarães

WWW.TSR.PT

t(m. [+351] 939 729 729
tlf. [+351] 253 408 326 [3L/BA]
fax [+351] 253 408 328

tsr@tsr.pt

100% CLIENTES SATISFEITOS

GRÁTIS DEMONSTRAÇÕES SEM COMPROMISSO

facebook/tsrsi

8ª FEIRA SOCIAL DE VILA DO CONDE

Instituições levaram à cidade o que de melhor se faz no concelho

A oitava edição da Feira Social de Vila do Conde voltou a ser uma montra para as instituições sociais do concelho, que no pavilhão do Parque de Jogos puderam mostrar o que de melhor fazem pelas suas comunidades.

Inseridas, muitas delas, no meio rural a mostra levou ao centro da cidade produtos da terra, peças produzidas pelos utentes e técnicos das instituições e serviu ainda para partilhar o que cada uma delas faz pelas pessoas que serve, sejam elas crianças, adultos ou idosos.

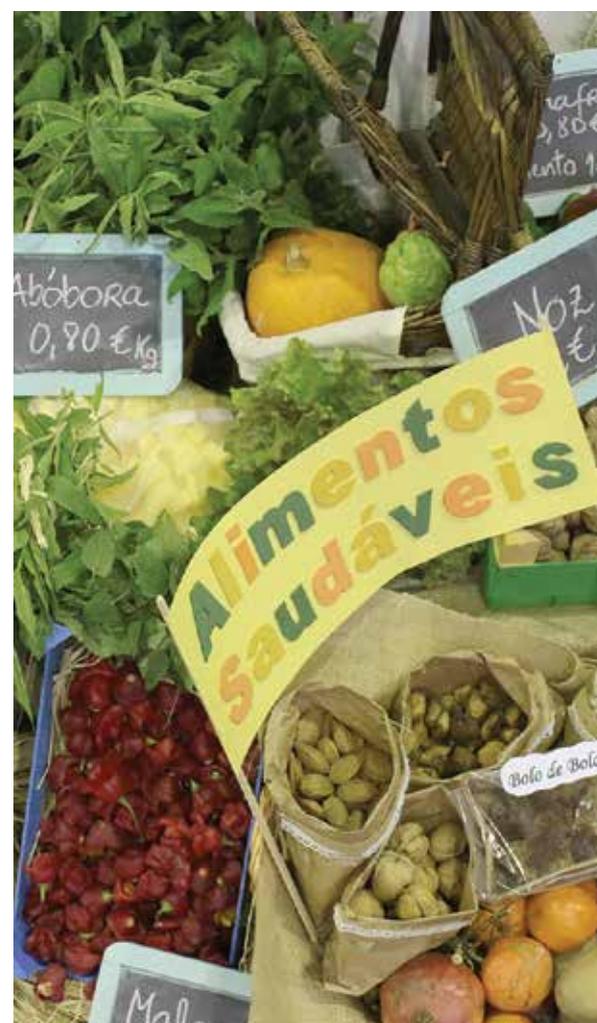
O presidente da CNIS, padre Lino Maia, marcou presença na inauguração do certame, tendo visitado todos os stands e incentivado os responsáveis das diversas instituições a prosseguirem o bom trabalho.

O pavilhão do Parque de Jogos de Vila do Conde acolheu, logo na inauguração um conjunto muito variado de utentes de diversas IPSS do concelho, especialmente das que trabalham com populações idosa e portadora de deficiência.

Ao longo de três dias e com um programa muito recheado, a Feira Social juntou atraiu muita gente, que não deixou de experimentar muitas das iguarias que as instituições partilharam, fossem doces, compotas, legumes, hortícolas ou o mais diversificado tipo de peças feitas artesanalmente por utentes e técnicos.

Uma Flash Mob, por alunas da Escola Secundária José Régio, o espetáculo «Rir Agora», por Carolina Carvalho, líder certificada de Yoga do Riso, «O Mar Enrola na Areia», dramatização pela Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, showcooking, pelos alunos do curso Profissional Técnico de Restauração e Bar, da Escola Secundária José Régio, «Pizzas Vegetarianas», ateliê culinário pelos utentes do MADI de Vila do Conde, uma tertúlia e showcooking intitulada «Cozinha Saudável», pelo chef Hélio Loureiro, Ana Rute Gomes (Nutricionista do Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde) e Lara Costa (Nutricionista do ACES Póvoa de Varzim/Vila do Conde) e muitas mais atividades preencheram os três dias da 8ª Feira Social de Vila do Conde.

Participaram na edição 2017 as seguintes instituições: AA – Grupo Senhor dos Navegantes de Vila do Conde; ACES – Agrupamento de Centros de Saúde Póvoa de Varzim/Vila do Conde; ARRIMO – Projeto Âncora; Associação de Proteção à Terceira Idade “A.F. Vila Cova”; Associação de Solidariedade Social de Mosteiró; Associação de Solidariedade Social “O Tecto”; Câmara Municipal de Vila do Conde; Centro Distrital do Porto – Instituto da Segurança Social, I.P.; Centro de Emprego Póvoa de Varzim/Vila do Conde; Centro Hospitalar Póvoa



de Varzim/Vila do Conde; Centro Social da Paróquia de Touguinha; Centro Social Paroquial de Caxinas; Centro Social Paroquial da Junqueira; Centro Social Paroquial de Labruge; Centro Social Paroquial de Mindelo; Centro Social Cultural e Recreativo Arvorensense; Clínica do Outeiro; Conferências de S. Vicente de Paulo do Concelho de Vila do Conde; Cruz Vermelha Portuguesa; Guarda Nacional Republicana; Instituto S. José; MADI de Vila do Conde; Polícia de Segurança Pública; SANCRIS – Associação de Solidariedade Social Santa Cristina de Malta; Santa Casa da Misericórdia de Azurara; Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde; TERRAMAR – Associação de Solidariedade Social de Vila Chã; Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Vila do Conde.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



As eleições alemãs e as reformas na Europa

Trago comigo uma espécie de sina que consiste em estar quase sempre do lado das minorias. Contrariamente ao que parece ser a opinião genérica dos euro-entusiastas, eu acredito que os resultados das eleições alemãs não são necessariamente negativos para a Europa.

Provavelmente os grandes desígnios de Emmanuel Macron para a reforma da zona euro (orçamento comum, tesouro comum, ministro das finanças, ministro da economia) ficarão para já na categoria de que dizem estar o inferno cheio: o das boas intenções.

Não por acaso, no discurso na Sorbonne, um par de dias depois eleições alemãs, Macron deixou no tinteiro tudo quanto era proposta de reforma concreta para a zona euro. Falou (e muito) sobre os grandes desígnios estratégicos da União Europeia que, aliás, eu subscreveria de bom grado.

Em boa verdade, a primeira versão de Macron sobre a reforma da zona euro teria sempre perna curta e, ainda que viável, seria um mau negócio na perspetiva da França e dos países do Sul.

Desde logo temos um problema de dimensão.

O orçamento de estado ou um orçamento da zona euro, para ter um poder estabilizador da economia em tempos difíceis, deve ter, tipicamente, a dimensão de 40 a 50% do PIB.

Parece evidente que, mesmo uma maior complacência da Sra. Merkel, agora mais elusiva com a vitória curta que conseguiu nas legislativas alemãs, não dará ao futuro orçamento comum da zona euro uma perna comprida. Não acredito sequer em algo próximo de 5%.

Está bom de ver que com 5% do PIB em orçamento comum, como instrumento de estabilização, não iremos muito longe. O fardo continuará a cair sobre os orçamentos nacionais e, se estes continuarem sujeitos à ortodoxia alemã, na próxima crise estaremos essencialmente na mesma.

Mas a existência de um tesouro comum pode ser uma porta aberta para a emissão de dívida. Talvez! Contudo, se continuarmos a pensar em dívida solidária, com a Alemanha a responder pelos “desgovernados” do sul, podemos esperar sentados - esse Rubicão os germânicos não vão atravessar, nunca!

Um segundo problema é o que a Alemanha pediria em contrapartida para a sua eventual complacência. Parece óbvio que exigiria ainda

maior rigidez nas normas orçamentais – já que vai pôr no coletivo uma parte dos seus impostos, é natural que exija que todos e cada um se “portem bem” em matéria orçamental.

Ora isto é um erro! Do que precisamos é exatamente do contrário, é de flexibilidade orçamental para que os orçamentos nacionais possam funcionar minimamente como instrumentos de estabilização nas fases baixas do ciclo.

Entregar os pontos de uma ainda maior rigidez orçamental em nome de um orçamento comum de 5% do PIB (que não terá poder estabilizador significativo) é um mau negócio para a França e para a Europa.

Finalmente o maior problema está onde costuma estar – na política.

Respirámos de alívio com a derrota dos populistas na Holanda e a vitória de Macron em França. Contudo, o risco dos populismos e dos nacionalismos está longe de estar dominado. Em Itália, o movimento cinco estrelas continua empatado nas sondagens com o Partido Democrático. Não é impossível que o próximo governo de Itália, a terceira economia da zona euro, seja não apenas eurocético, mas de oposição pura e dura ao projeto europeu.

Por outro lado, é muito duvidoso que os projetos de aprofundamento da integração europeia sejam bem-vindos pela maioria dos cidadãos europeus – estamos todos um bocado cansados desta história!

O que nos leva para aquilo que, na minha visão, seria um melhor caminho, aliás um duplo caminho e que, porventura, os resultados das eleições alemãs podem ajudar a percorrer.

Em primeiro lugar recomendaria o regresso à lógica dos pequenos passos, que não exijam alterações institucionais, mas que reforcem e consolidem o que já temos.

Alguns exemplos: completar a união bancária (com seguro comum de depósitos), completar o mecanismo de resolução bancária, integrar (eventualmente num orçamento comum) algumas funções sociais onde isso for possível (o subsídio de desemprego é um candidato óbvio), dar maior flexibilidade aos orçamentos nacionais como instrumentos de estabilização em períodos de crise (ainda que sob vigilância europeia), etc.

Depois há que abrir espaço à iniciativa dos estados. Por exemplo, mesmo que a emissão de eurobonds seja inviável, nada impede que

um grupo de países se coloque de acordo nessa matéria e promova emissão coletiva de dívida.

Também nada impede que um grupo de países queira prosseguir projetos comuns na área da segurança e da defesa que outros países membros não queiram ou não possam partilhar.

Mecanismos voluntários de cooperação reforçada deveriam ser estimulados.

Creio que tudo isto está longe de ser impossível no quadro político que se antevê para a Alemanha no médio prazo.

Não quer isto dizer que a zona euro ficará tal qual está sem qualquer esforço de reforma. Mesmo a ortodoxia alemã não ignora que a zona euro, tal como existe hoje, pode não resistir à próxima crise. Aliás, contrariamente a outras geografias mais propensas ao discurso emocional, na Alemanha estas coisas são objeto de debate racional e sério que envolve a academia, a sociedade civil, o espaço mediático e a política.

E não se duvide que as reformas da zona euro que chegarem a ver a luz do dia, serão a gosto da Alemanha, leia-se, nada de “grand bargain”, nada de grandes alterações institucionais e, acima de tudo, nada de solidariedade na dívida ou nas despesas. Contas à moda do Porto continuará sendo a regra!

Provavelmente a Sra. Merkel haverá de propor dotar o Mecanismo Europeu de Estabilidade (ESM) de outra dimensão e de outra capacidade para intervir nos países do euro que, eventualmente, venham a ter necessidade de assistência.

Mas a intervenção do ESM será muito à moda do atual Fundo Monetário Internacional, isto é, de uma entidade que empesta dinheiro e tem como principal preocupação recuperá-lo e com juros.

Não me admitiria que o ESM viesse a ter uma capacidade de intrusão na governação dos países membros ao ponto de, em certas circunstâncias, poder avocar a gestão das finanças dos países em dificuldade, isto é, decidir o que se gasta e em quê.

Admito que o Sr. Macron, quando vir as propostas alemãs de reforma da zona euro, se vire para outro lado, isto é, para aquilo que pode ser feito, talvez com menos espetáculo mas com mais eficácia.

E, se bem vejo, isto não é mau para a Europa.

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Capitações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.



TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

www.sogemave.pt





Pampilhosa da Serra: Renascer das cinzas

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

LONGEVIDADE

Nas zonas desfavorecidas são menos os que chegam aos 90 anos de idade

Os fatores socioeconómicos são os que mais influenciam a longevidade dos idosos, sendo as zonas mais desfavorecidas aquelas que apresentam taxas mais baixas de sobrevivência acima dos 90 anos, segundo uma série de estudos desenvolvidos por investigadores do Porto.

De acordo com um desses estudos, desenvolvidos pelo Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto (ISPUP), tendo por base a população sénior do Porto, nas zonas mais desfavorecidas, localizadas nas zonas centro e leste da cidade, os idosos do sexo masculino registaram uma taxa de sobrevivência acima dos 90 anos de 22% enquanto os do sexo feminino de 26%.

Já nas zonas mais favorecidas, localizadas na metade oeste da cidade, 54% dos idosos do sexo masculino e 62% do sexo feminino chegam aos 90 anos, indicou Ana Isabel Ribeiro, investigadora da Unidade de Investigação em Epidemiologia do ISPUP responsável pelo projeto.

“Se queremos aumentar a sobrevivência da população idosa e reduzir assimetrias regionais, temos que melhorar a sua situação

socioeconómica e priorizar as áreas mais pobres do país”, frisou a responsável.

Para a investigadora, os resultados dos estudos mostram que é cada vez mais importante criar políticas sociais e de saúde orientadas para a população sénior, “que está mais desprotegida e mais sofre com as questões sociais e económicas”.

Segundo Ana Isabel Ribeiro, que falava a propósito do Dia Mundial da Terceira Idade, o objetivo destes estudos era verificar a quantidade de idosos com idades compreendidas entre os 75 e os 84 anos que chegavam aos 90 anos, na Europa, em Portugal no Porto, relacionando a taxa de sobrevivência com fatores socioeconómicos, ambientais e o acesso aos serviços de saúde.

De acordo com a investigadora, os resultados a nível nacional seguem a tendência registada a nível local.

As zonas mais favorecidas, no litoral norte e centro, apresentaram taxas de sobrevivência até aos 90 anos de 40% para os homens e de 67% para as mulheres, enquanto nas zonas mais desfavorecidas, no Alentejo e no interior norte,

essa taxa situava-se nos 28% para os homens e nos 35% para as mulheres.

Já a nível europeu, a equipa identificou maiores níveis de sobrevivência no norte de Espanha e na França e níveis mais baixos no Reino Unido e em alguns países pouco industrializados, como é o caso dos escandinavos.

De acordo com a investigadora, os fatores socioeconómicos explicam grande parte das desigualdades geográficas verificadas na distribuição da taxa de sobrevivência dessa população, enquanto o ambiente físico e o acesso aos serviços de saúde parecem “não ter uma influência tão decisiva na sua longevidade”.

“Estas desigualdades geográficas explicam-se pelas diferenças na forma como a pobreza e a riqueza se distribuem no país”, indicou Ana Isabel Ribeiro.

Atualmente, a esperança média de vida à nascença em Portugal “ronda os 82 anos”, indicou Ana Isabel Ribeiro, acrescentando que, à medida que esta aumenta, devido à queda da mortalidade precoce, as desigualdades em saúde e na sobrevivência começam a manifestar-se mais tarde.



Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS



Agente especializado:

milplus

EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL